ISBN 978-85-89165-28-0

SOS CORPO
Instituto Feminista
para a Democracia
2011

APOIO

União Européia
eed
Oxfam Novib

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio financeiro da União Européia.
Os conteúdosexpressos são de responsabilidade do SOS CORPO
e não refletem necessariamente a posição oficial da União Européia.

AMB - Um jeito de ser e fazer movimento feminista

Carmen Silva

edições
sos corpo

AMB
Um jeito de ser e fazer movimento feminista

Carmen Silva

Inclui os documentos da ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS:

- ✓ **Carta de Princípios**
- ✓ **Modo de Funcionamento**
- ✓ **Política Geral**

AMB
Um jeito de ser e fazer movimento feminista

Carmen Silva

edições
sos corpo

Recife, 2010

Inclui os documentos da ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS:
Carta de Princípios | Modo de Funcionamento | Política Geral

AMB - Um jeito de ser e fazer movimento feminista
Carmen Silva

Revisão
Fabiano Gonçalves

Edição
Paula de Andrade

Secretaria de Produção
Fátima Ferreira

Projeto gráfico e diagramação
Isabela Faria – Faz Design

Apoio
União Europeia | EED | Oxfam Novib

Tiragem
1.000 exemplares

Impressão
Gráfica Provisual

S586a

SILVA, Carmen
Articulação de Mulheres Brasileiras um jeito de ser e fazer movimento feminista / Carmen Silva. – Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.
96p.

1. Feminismo. 2. Movimento Feminista 3. Articulação Feminista. I. Título

CDU 305.4

Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das informações e das ideias aqui expostas por todos os meios (conhecidos e desconhecidos). Para cópia e difusão dos conteúdos favor citar as fontes.

SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia
Rua Real da Torre, 593 – Madalena 50610-000
Recife PE Brasil | Telefone: +55 81 3087.2086
www.soscorpo.org.br | sos@soscorpo.org.br

Sumário

5 **Apresentação**

6 **Articulação de Mulheres Brasileiras – Diversidade e ousadia**

9 **AMB – Um jeito de ser e fazer movimento feminista**

11 Parece que foi assim – Um breve histórico

24 Jeito de ser – Como a AMB foi se organizando

33 Jeito de fazer – construindo um método de ação política

65 **Documentos AMB**

Carta de Princípios

Modo de Funcionamento

Política Geral

Apresentação

No período 2003-2006, o SOS Corpo esteve na Secretaria Executiva da AMB, sendo a sede de seu escritório e tendo duas de nossas companheiras de equipe nessa secretaria. Foram quatro anos de muitos desafios e aprendizados, entre eles, o de compreender melhor a dinâmica da AMB, as diversas expressões do feminismo que convivem em seu interior, os limites e as múltiplas possibilidades que uma articulação com tamanha amplitude contém.

No período seguinte, entre 2007 e 2010, ainda nos dedicamos à Secretaria Executiva, mas agora sediando apenas o setor financeiro da AMB, e disponibilizando uma integrante da equipe para contribuir mais especificamente com a Coordenação Executiva Nacional, representando o regional da AMB que articula os fóruns de mulheres de Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Com muita satisfação seguimos buscando atuar no sentido de fortalecer este movimento do qual participamos, entre outras razões, por confiarmos na correção de suas escolhas e pela linha de seu feminismo, um feminismo aberto à diversidade presente nas organizações de mulheres e que se declara como anti-capitalista, antirracista e anti-patriarcal.

Ao termos a oportunidade de sistematizar uma experiência de movimento no Brasil, oportunidade construída junto à Articulación Feminista Marcosur (AFM) e contando com recursos para uma publicação, não tivemos dúvida em escolher a AMB

Este é mais um resultado de nossa ação em parceria, que temos o prazer de lançar no contexto dos 30 anos do SOS Corpo.

Maria Betânia Ávila
Coordenadora geral do SOS Corpo

Articulação de Mulheres Brasileiras - Diversidade e ousadia

"O desejo de ser (desejante), ou de 'continuar sendo',
é o que torna o futuro um tempo prenhe de perspectivas,
de esperanças, cujo sentido é todo construído
entre o passado e o presente..."
(Maria Rita Kehl)

Experiência é o que provê sentido à vida...
É no ato da transmissão que a vivência
ganha estatuto de experiência.
(Walter Benjamin)

É com grande satisfação que apresentamos esta publicação sobre o modo de organização e de ação política da AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras, quando se completam 16 anos de sua criação, fruto do desejo e da coragem de um diverso e ousado conjunto de militantes feministas que, espalhadas em inúmeros estados e integrando as mais diversas organizações, fundou um movimento nacional de mulheres, hoje organizado e atuante em 26 estados e no Distrito Federal.

Como resultado de um dedicado trabalho de Carmen Silva, educadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia e militante da AMB, este texto é mais que a sistematização sobre como essa Articulação se organiza e desenvolve sua ação. É a sistematização sobre o processo de construção compartilhada de um movimento – um movimento social feminista.

Carmen Silva conseguiu, através da análise de documentos, de entrevistas com militantes da AMB em suas diversas

inserções no movimento e de uma oficina com a sua Coordenação Executiva Nacional, resgatar toda uma trajetória histórica de por onde passou e passa a *práxis* que constitui hoje a AMB.

Sem se propor a ser uma obra teórica, mas longe de ser um documento panfletário, de enaltecimento de um movimento e de sua prática, este texto traz umas das principais características da produção teórica feminista: a capacidade de autocrítica, apontando os limites, os entraves, as contradições e mesmo antinomias que marcam a organização política do movimento feminista.

Citando as entrevistas de suas dirigentes e militantes, Carmen Silva vai apontando os conflitos internos e externos que estiveram presentes na organização da delegação brasileira que foi à IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Beijing, 1995). Os dilemas, as polêmicas, os embates políticos e a forma como eles foram (ou não) resolvidos, são trazidos à tona, sem subterfúgios. A autora constata que é desta forma de lidar e enfrentar essas questões que foi emergindo um modo de organização e um fazer político que não estava dado *a priori*, mas que se fez e se faz pela "experiência", isto é, como vivência refletida e compartilhada do ato de fazer política, esta entendida como ação transformadora ao mesmo tempo do mundo e das pessoas.

Por não estar dado *a priori*, este modo de organização e ação se constrói ao longo de uma década e meia, período de existência da AMB, no qual foram definidas frentes de luta estratégias comuns de ação, além de prioridades a partir de cada contexto e das possibilidades reais de ação política dos movimentos de mulheres locais que integram a Articulação.

Carmen Silva vai assim abordando este processo de construção que se baseia nos princípios feministas de diversidade,

pluralidade, horizontalidade e autonomia das mulheres e de seus movimentos. Mostra também os limites objetivos e políticos impostos pela opção tomada de não se abrir mão desses princípios ao se buscar construir um movimento descentralizado, que considere e respeite cada mulher e cada pequeno grupo ou movimento como um sujeito autônomo.

Não podemos deixar, portanto, de agradecer a Carmen Silva por todo o esforço de sistematização e de elaboração que resultou nesta publicação e que, com certeza, será um importante subsídio para todas aquelas que desejem conhecer melhor a AMB e, quem sabe, se integrar ao nosso movimento. Para colaborar ainda mais neste sentido, a publicação traz anexos alguns documentos importantes da AMB: nossa Carta de Princípios (resultado de quase três anos de debates e reflexões), a Política Geral 2008-2010 e o Modo de Funcionamento.

Por último, gostaríamos de ressaltar que essa publicação, neste momento, tem um valor muito especial, pois vem ao público às vésperas de um Encontro Nacional, previsto para março de 2011. Neste sentido, dará uma importante contribuição para a reflexão, sempre necessária, sobre que movimento feminista desejamos construir a partir de nossa atuação como AMB. Oxalá seja um movimento capaz de mobilizar nosso desejo e utopia de transformar o mundo pelo feminismo, transformando ao mesmo tempo nós mesmas e a todas as mulheres.

Analba Brazão, Elizabeth Ferreira e Malu Lopes de Oliveira

Secretaria Executiva Nacional
da Articulação de Mulheres Brasileiras

AMB- um jeito de ser e fazer movimento feminista[1]

Carmen Silva

No modo de funcionamento e atuação da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB pode-se detectar elementos constitutivos de um método próprio de auto-organização e ação política? Responder a esta pergunta é o desafio assumido ao elaborarmos esta sistematização.

O processo de sistematização sobre a experiência da AMB pretende também contribuir para a reflexão interna sobre a sua organização, funcionamento, procedimentos adotados para ação pública e mecanismos de participação, como parte da sua consolidação como uma articulação de movimento social. Para isso, tomamos por fundamento o feminismo como um pensamento crítico, mas também como uma prática política que tem como foco principal a liberdade e a igualdade para as mulheres. O movimento feminista é, portanto, parte do movimento de mulheres, o qual congrega todas as formas de organização de mulheres em lutas por diferen-

tes objetivos, vinculados a direitos.[2] Foi nessa perspectiva que o Comitê Político da AMB, em 2003, tomou a decisão de trabalhar com afinco para a consolidação da AMB como um movimento social, e é nesse processo que se inclui esta sistematização.

Chegamos a este texto a partir de formulações dos documentos da AMB, entre os quais: relatórios, boletins, panfletos; de entrevistas com coordenadoras nacionais e com coordenadoras de fóruns de mulheres dos estados, e do registro de uma oficina com a coordenação nacional, feita especialmente para esse fim. Na sequência, este texto poderá ser utilizado como um instrumento de debate interno na AMB e, possivelmente, subsidiará a preparação do Encontro Nacional de 2011.

Para respondermos à questão proposta no início deste processo de sistematização – se há ou não um método próprio de organização e ação política na AMB –, fez-se necessário resgatarmos um breve histórico dessa articulação, seu processo atual de organização, suas pautas atuais e seus procedimentos comuns de ação política em torno da luta pelos direitos das mulheres. A partir daí é que será possível discutir a existência de um método e apontar lacunas e aprendizados que temos vivenciado nessa experiência de construção de uma articulação do movimento feminista em nível nacional, no Brasil.

Parece que foi assim - Um breve histórico

"Existirmos, a que será que se destina?..."

"A AMB é uma articulação política, não partidária, cuja origem está no esforço de organização do movimento de mulheres brasileiro, vivenciado no processo de preparação para a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Mulheres, Desenvolvimento e Paz, realizada em Pequim (Beijing), na China, em 1995."[3] Ela tem, entre seus princípios, o respeito à autonomia organizativa e política dos espaços que a constituem. Esses espaços, organizados em cada estado,[4] são chamados redes, fóruns, núcleos ou articulações. Doravante usaremos o termo 'fórum' ao nos referirmos a todos eles, a fim de facilitar a compreensão.

Hoje, a AMB se organiza por meio do Encontro Nacional, que congrega ativistas de todos os espaços feministas que participem ou apoiem a AMB e desejem estar no Encontro; do Comitê Político Nacional, o que equivale em outros movimentos à direção nacional, no qual se reúnem representados os Fóruns Estaduais de Mulheres com a Coordenação Executiva Nacional e no qual, eventualmente, participam também as redes, movimentos e articulações parceiras. A Coordenação é composta por oito coordenadoras articuladas a partir de regiões do país, e mais cinco assim distribuídas: a representante da AMB na Articulación Feminista Marcosur, a representante no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e três integrantes da Secretaria Executiva Nacional. A Secretaria é assumida, de forma colegiada, atualmente, por três organizações feministas: o Coletivo Leila Diniz Estudos e Pesquisas, com sede no Rio Grande do Norte, o Cunhã Coletivo Feminista, da Paraíba, e pelo Fórum Cearense de Mulheres.

AMB rumo a Beijing

Inicialmente a AMB foi constituída como Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing,[5] isto é, como um processo que visava a elaboração de um documento do movimento de mulheres, no Brasil, e a preparação das representantes do país para a conferência nas Nações Unidas. Começou com algumas feministas do Rio de Janeiro e de São Paulo articulando uma reunião com feministas de outros estados para discutir um documento próprio do movimento e/ou a influência sobre o documento oficial do governo brasileiro a ser enviado a Beijing.

Nesse processo inicial, dois conflitos marcaram o debate:[6] primeiro, as divergências sobre a forma de financiamento – para umas, a participação brasileira deveria ser autofinanciada e, para outras, não havia problemas em receber qualquer tipo de apoio. Nesse ínterim, ocorreu a oferta da Usaid de financiar a delegação brasileira. Em função do papel que esse organismo norte-americano teve durante a ditadura militar no Brasil, a posição negativa foi consensual, alargando o debate para reflexão sobre critérios políticos para discussão de qualquer apoio financeiro, mas não sem que tenham ocorrido várias tensões no percurso que marcaram o início da AMB.

O segundo conflito fundamental nesse início da articulação foi sobre o texto que deveria ser elaborado com as posições do movimento feminista brasileiro. Havia duas posições: a primeira que considerava necessário ser um material com grande fundamentação e feito por especialistas, e a outra que achava imprescindível ser um documento que tomasse por base os debates preparatórios no movimento de mulheres, a serem realizados em todos os estados da Federação.

A decisão sobre esse conflito começa a constituir um modo de ação próprio da AMB. Decidiu-se por criar um grupo de especialistas que trabalhasse no documento, mas também articular um processo de debate nacional, com reuniões e encontros em todos os lugares possíveis, para construir as propostas do movimento de mulheres brasileiro que deveriam constar no documento. Além disso, decidiu-se também que a delegação brasileira seria composta por representantes eleitas nesses espaços organizativos em cada estado. E assim foi feito.[7]

O encontro nacional que finalizou esse processo reuniu 800 mulheres no Rio de Janeiro e originou um documento que expressa os debates ocorridos em todos os recantos do país. Com ele, a delegação brasileira – 300 mulheres – foi à Conferência da ONU em Beijing, em 1995. Esse início da AMB esteve articulado à participação latino-americana na Conferência Mundial, de onde surgiu a AFM – Articulación Feminista Marcosur, da qual a AMB é uma das fundadoras. "Isso foi importante porque fez a gente no Brasil se sentir parte da América Latina", salienta Guacira César de Oliveira.

Desse processo resultou também a criação de espaços organizativos dos movimentos de mulheres em vários estados, os quais ainda não existiam com o caráter de fórum. Esses fóruns passaram a congregar diversos tipos de organizações de mulheres, variando de um lugar para outro, como ONGs feministas, grupos populares de mulheres, organizações de mulheres de sindicatos urbanos e rurais, núcleos de estudos acadêmicos, movimentos autônomos de mulheres, setoriais de mulheres de movimentos mistos (compostos por homens e mulheres), feministas de ONGs mistas e feministas que não atuam em nenhum desses tipos de organização e articulam-se diretamente com a ação dos fóruns de mulheres.

O movimento feminista, por princípio, é contrário à centralização e a estruturas verticalizadas, o que, no Brasil, é comum em organizações nacionais. Como então foi aceita a ideia de uma articulação nacional com tal poder de congregação de diferentes organizações? Segundo Schuma Schumaher, já havia várias iniciativas de um espaço nacional que congregasse diferentes organizações, mas sem muito resultado. Nesse momento, isso foi possível porque a AMB era datada, tinha um tempo e um objetivo determinados: até Beijing. Guacira de Oliveira acrescenta o interesse de inúmeras instâncias do movimento no âmbito local de articularem-se entre si e a disposição de feministas dispersas em diferentes lugares como fortes contribuições que viabilizaram a AMB.

Tempos antes da AMB

Esse momento de intensa articulação no movimento de mulheres brasileiro não surge ao acaso. Há uma ação intencionada de várias feministas, que viajaram por todo o país com o intuito de contribuir nessa construção. Há também uma conjuntura política imediatamente anterior que ajuda a explicá-lo. Senão, vejamos: o Brasil, desde a década de 1980, vivia o processo de redemocratização pós-ditadura militar. Essa década foi, para o conjunto dos movimentos sociais brasileiros, um momento de grande crescimento e articulação. O movimento de mulheres teve uma forte atuação especialmente na área de violência e saúde, da qual resultaram, como mecanismos de políticas públicas, a criação das Deams – Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento à Mulher Vítima de Violência – e a implantação do PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, por exemplo.

Nesse período, os movimentos sociais participavam ativamente da campanha nacional por eleições diretas para a presidência da República, em 1984 (que ficou conhecida por seu lema Diretas já!) e da campanha por uma assembleia nacional constituinte livre, democrática e soberana, em 1985. A campanha das Diretas foi derrotada. O presidente da República, Tancredo Neves, de um partido de 'oposição consentida', foi eleito em um colégio eleitoral composto pelo Congresso Nacional e, com seu falecimento imediatamente posterior à eleição, o Governo Federal foi assumido pelo vice, José Sarney, líder do partido de grande sustentação à ditadura militar. O Brasil fez uma saída do regime militar com uma transição conservadora.

Já a campanha pela Assembleia Constituinte foi vitoriosa. Em 1986, foram eleitos deputados e deputadas com o objetivo de elaborar a nova Constituição do Brasil, para a qual foi aberta também a possibilidade de participação popular. Os movimentos sociais participam ativamente, com a elaboração de emendas populares ao texto da Constituição, para as quais foram coletadas milhares de assinaturas. Esse processo conseguiu instituir, no texto constitucional, vários direitos sociais até então não formalizados no país.

O movimento de mulheres atuou de forma marcante nesse processo. Não havia uma organização nacional do movimento com capacidade de articulação geral de suas ativistas e suas propostas. Em função disso, as feministas que estavam no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) – um órgão governamental de caráter consultivo com participação da sociedade civil – assumiram a liderança da articulação do movimento de mulheres em torno da emenda popular pelos direitos das mulheres na Constituição, o "lobby do batom", como ficou conhecido, resultou em importantes conquistas na Constituição de 1988, que entrou para a história

como a Constituição Cidadã. Dela derivaram várias leis específicas que estabelecem direitos e criaram espaços de participação da sociedade na gestão das políticas públicas para implementação desses direitos, os conselhos e conferências que, na conjuntura atual, avaliamos com um olhar crítico.

Consideramos que o processo de articulação criado para a participação das mulheres brasileiras na Conferência de Beijing foi favorecido pela grande mobilização nacional organizada pelo movimento de mulheres para coleta de assinaturas e pressão sobre deputados e deputadas constituintes em função dos direitos das mulheres. Isso não nega a força da intencionalidade das feministas que estavam à frente desse novo momento de mobilização, pelo contrário: ela própria pode ser vista no bojo da forte atuação dos movimentos sociais como um todo, naquela conjuntura, e se articulou também com o ideário feminista de "dar voz às mulheres", historicamente excluídas dos processos políticos.

"Dar voz às mulheres" parece ter sido a ideia força que se expressou no método adotado nesse início da articulação. "Tem a ver com a discussão do poder e a não aceitação de representação como delegação, mas também tem a ver com a compreensão de que o enfrentamento das mulheres ao sistema passa pela elaboração sobre a sua própria situação, isso como um exercício libertador", enfatiza Silvia Camurça. E complementa: "No Brasil há uma tradição muito forte, vinda de diferentes caminhos, de que fazer as coisas em roda, facilitar a fala, a participação, mexer com o corpo, dialogar, produzir conhecimento junto... isso liberta." É nesse caldo de cultura que se elabora o documento para Beijing, tomando por base os debates feitos nos espaços estaduais, os quais também escolhem suas representantes.

Para algumas feministas, "Beijing era um pretexto que a

gente tinha que aproveitar para mobilizar as mulheres." Daí a decisão de que para ir a Beijing era preciso ser escolhida em um espaço estadual que articulasse os grupos e movimentos de mulheres existentes naquele local. "Um outro instrumento adotado foi o roteiro de discussão, então você tinha que organizar rodas de conversas, fóruns de debates nos estados... na época a gente chamava assim... Foi um método que voltou a ser adotado depois, na preparação da conferência de mulheres brasileiras, e isso não foi feito para produzir documento, não, isso realmente foi feito para aproveitar... vamos aproveitar para discutir com as mulheres a situação das mulheres." [8]

AMB pós Beijing

Ao voltar da Conferência de Beijing, em uma nova reunião nacional, a posição da coordenação foi no sentido de encerrar ali as atividades da AMB, já que ela era uma articulação que tinha cumprido seu objetivo. Entretanto, a posição majoritária entre as presentes foi pela continuidade da AMB. Essa foi a primeira decisão e, em seguida, acertou-se que a AMB se voltaria para o monitoramento da Plataforma de Beijing[9] no Brasil.

A ideia de monitoramento das plataformas resultantes das Conferências do ciclo social da ONU era forte na década de 1990 no Brasil. Para algumas, se tratava de acompanhar o que seria feito para implantação das deliberações da ONU no país; para outras, seria necessário um intenso processo de mobilização para exigir do Estado brasileiro o estabelecimento de direitos e políticas públicas necessárias para cumprir a Plataforma de Beijing. A noção de monitoramento de políticas públicas, que se torna forte nas ONGs e nos

movimentos sociais nessa década, tem por trás de si o ciclo social da ONU, as políticas do Banco Mundial de ajuste estrutural e o advento do neoliberalismo, que reduz a ação do Estado na área social. No Brasil, vivíamos, e ainda vivemos, as contradições de termos uma Constituição Cidadã e leis que estabelecem vários direitos e a redução do Estado e das políticas que seriam necessárias para efetivar esses direitos.

"A estratégia foi automaticamente dada, tinha ocorrido Viena [Conferência Internacional de Direitos Humanos da ONU, 1992], Cairo [Conferência sobre População e Desenvolvimento da ONU, 1994] e agora Beijing... Já estava cantada uma pauta de políticas públicas para serem monitoradas, mas na verdade elas eram para serem conquistadas. Na época, houve uma grande discussão para dar ao conceito de monitoramento um sentido ativo, não só de fiscalização, mas de luta pela implantação, um sentido crítico... Mas o conceito é ruim, ele segura, ele limita, acaba tendo um sentido mais passivo."[10]

Os últimos anos da década de 1990 são, para a AMB, um momento difícil de articulação. São feitas algumas reuniões nacionais, momentos de debates sobre as pautas feministas nas políticas públicas, mas não há uma grande participação e mobilização dos fóruns estaduais, alguns dos quais se fragilizaram, funcionando esporadicamente por ocasião das atividades do Dia da Mulher, e outros seguiram construindo suas lutas locais e organizando-se de forma autônoma. Havia feministas ligadas à AMB atuando no CNDM e em espaços internacionais do movimento, e foram construídas diversas elaborações sobre os direitos e as políticas para mulheres. Esse momento de baixa capacidade de articulação constitui-se como uma crise na AMB, que vai sendo superada a partir de 2000.

"A AMB promoveu um balanço nacional das políticas públicas federais em 2000 e, dentro da luta feminista pela qualificação do debate sobre democracia no Brasil, definiu entre suas prioridades a luta contra o racismo, demarcando relação especial com o movimento de mulheres negras, entre as alianças com outros movimentos. A AMB se engajou no processo preparatório à Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (ONU, Durban, 2001) e passou a visibilizar, cada vez mais, seu compromisso e identidade com a luta feminista antirracista."[11]

Esse momento tem como marca do processo de fortalecimento da articulação uma reunião nacional em Natal, no Rio Grande do Norte, convocada com o intuito de repensar a AMB, a partir da ideia de reforçar a articulação nos estados e retomar a discussão de políticas públicas com o governo brasileiro.[12]

Uma nova estratégia

No bojo da crise de articulação, essa reunião nacional da AMB, convocada inicialmente para organizar a interlocução com o Estado brasileiro, na época com o governo de Fernando Henrique Cardoso, no sentido do monitoramento da Plataforma de Beijing e da exigência de políticas públicas, possibilita uma guinada na história. A AMB decide articular uma grande aliança de todo o movimento feminista e, para além dele, com o movimento de mulheres como um todo, com o intuito de construir uma plataforma própria das mulheres brasileiras, a partir da qual poderíamos nos

dirigir autonomamente frente ao governo e à sociedade, em defesa de nossos direitos.

Nascia ali uma nova estratégia para rearticular as forças do movimento feminista e, com ela, criou-se uma nova onda de mobilização que resultou na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, que elaborou a Plataforma Política Feminista,[13] referência geral de projeto político utilizada hoje pela AMB. O procedimento adotado foi o mesmo: articularam-se reuniões nacionais amplas, com representações de todos os estados e de todas as articulações e movimentos de mulheres que desejassem participar; construiu-se uma carta de princípios e um roteiro básico, que subsidiaram o processo de debates em todos os cantos do país; e realizou-se conferências estaduais em 25 dos 26 estados da Federação e no Distrito Federal, totalizando uma participação de 5.212 mulheres, muitas delas participantes de agrupamentos locais. Da conferência nacional participaram cerca de 2 mil mulheres escolhidas nas conferências estaduais. Além da AMB, estiveram envolvidas na comissão organizadora nacional nove articulações nacionais do movimento de mulheres.[14] Essa conferência, organizada autonomamente pelo movimento, sem participação do governo, é um marco importante na história do feminismo no país.

A partir de 2000, a AMB vem atuando também no processo Fórum Social Mundial, sintonizada com a Articulación Feminista Marcosur, com a qual realiza vários debates, e também por meio dos Diálogos Feministas, encontro que articula diversas expressões do feminismo, em nível internacional, antecedendo os eventos do Fórum Social Mundial. Inicialmente, a atuação se deu com o Planeta Fêmea, espaço de aglutinação e debates de feministas no interior do FSM, e, na sequência, mantendo alguns espaços próprios, realizando diversas atividades em conjunto com outros movimentos

sociais, nas diferentes frentes de luta que assume. No I FSM, em que ocorreu o Planeta Fêmea, merece destaque maior a manifestação sobre o aborto, que teve muita adesão entre os/as participantes do Fórum.[15]

A conjuntura brasileira é marcada, nesse período, pela eleição, em 2002, do presidente Luís Inácio Lula da Silva que, sendo candidato do PT e de uma frente de partidos de largo espectro político, é também uma expressão política da força do campo de movimentos sociais[16] advindos do período da redemocratização. Lula inaugura um novo modo de relação com os movimentos sociais, abrindo novos canais de participação e de consulta sobre as políticas públicas. Mas, apesar disso, mantém o mesmo tipo de política econômica do seu antecessor, associada às reformas do Estado inspiradas na política neoliberal. A ampliação da participação da sociedade civil não implica em real poder de decisão.

O governo Lula cria a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, com *status* de Ministério, e instala a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004, mecanismo similar aos existentes em outras áreas de políticas públicas, a exemplo de saúde, direitos de crianças e adolescentes etc., com participação de órgãos de governo e organizações da sociedade civil. A AMB, em reunião com outras organizações nacionais do movimento de mulheres, traça uma estratégia para atuar nesse processo que implica na mobilização e formação de opinião junto às delegadas que seriam eleitas nos estados, de forma articulada com a atuação na comissão organizadora nacional.

Nesse momento, a AMB toma como referência a Plataforma Política Feminista e publica o caderno Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas, no qual pontua as diferenças entre essa conferência e a outra, organizada de forma autônoma

pelo movimento, e propõe à Conferência Nacional que estabeleça diretrizes de políticas para as mulheres. Situação semelhante ocorreu em 2007, no processo da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, desta feita dirigindo o foco para a avaliação das políticas e para as definições que dariam corpo ao II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Diversidade de lutas

Paralelo a isso, a AMB segue incentivando os fóruns estaduais de mulheres nas suas lutas em plano local e articulando algumas pautas feministas no plano nacional. Destacam-se nesse período o enfrentamento à violência contra as mulheres, a luta pela descriminalização do aborto, a participação crítica na reforma da previdência, a incidência sobre o orçamento público federal e a elaboração do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, a participação no debate nacional sobre modelo de desenvolvimento e livre comércio, além da participação ativa nas Conferências de Políticas Públicas para Promoção de Igualdade Racial e na Conferência de Direitos Humanos.[17]

A AMB vem ampliando a sua presença articulada nos processos do Fórum Social Mundial, tanto nos momentos de realização do FSM – Fórum Social Nordestino, Fórum Pan-Amazônico, Fórum Hemisférico e Fórum Social Brasileiro–, como nos comitês organizadores de todos esses momentos. Nesses espaços, tem apresentado suas pautas de forma articulada com outros movimentos, como é o caso da sequência de atividades chamada Aborto na Agenda Democrática ou da série de debates sobre a democratização da democracia, que muito contribuíram para a elaboração da

proposta de reforma do sistema político brasileiro, para dar dois exemplos. Isso não significa, em absoluto, que a participação se dê de forma organizada, coesa e com forte atuação dos fóruns de mulheres, pelo contrário: avaliações feitas pela coordenação destacam a necessidade de investir forças na articulação da presença nos espaços internacionais, razão pela qual recentemente criou um grupo de trabalho de "lutas globais" para enfrentar esse desafio.

Essa avaliação crítica da sua atuação fez com que, em 2009, no FSM de Belém do Pará, a AMB atuasse de forma articulada e com muita visibilidade em várias frentes, com destaque para o dia dedicado à Pan-Amazônia, quando esteve presente com manifestações nos três espaços artístico-políticos criados pela organização do Fórum, com foco nos debates sobre corpo e liberdade sexual; justiça socioambiental e modelo de desenvolvimento; e aborto e violência. Nesse Fórum, a AMB também marcou sua presença pela contribuição, no último dia, na articulação da Assembleia de Mulheres, na qual foi aprovada uma declaração lida na assembleia final, semelhante ao que ocorreu com outros movimentos sociais.

Esse processo de autoconstituição da Articulação de Mulheres Brasileiras, uma articulação feminista e antirracista, como um sujeito político de referência no campo dos movimentos sociais brasileiros, com condições de interlocução com o Estado e a sociedade, não foi algo pré-determinado, mas um processo político que reuniu as forças de feministas, de vários matizes políticos e diversas expressões organizativas, num esforço conjunto de criar espaço político para fazer ouvir as vozes das mulheres brasileiras no cenário nacional. A presença de feministas negras, desde o início, e a sua organização como sujeito político externo foram, para a AMB, um tensionamento positivo constante, em função das novas questões que esse sujeito traz para o pensamento feminista.

Jeito de ser: como a AMB foi se organizando

"A vida vem em ondas como o mar..."

O processo de auto-organização da AMB ao longo da história aponta indicativos de um método que possamos distinguir como fundamentado nos princípios feministas? Para não sermos tão ousadas, vamos começar afirmando que há um modo de fazer as coisas na AMB que se repete e vai se afirmando ao longo de sua trajetória. Mas esse modo não parece ter sido criado *a priori*, antes do próprio processo. O brevíssimo histórico apresentado demonstra como as decisões que foram tomadas em momentos difíceis, em cada conjuntura, foram constituindo um modo de organizar-se, de funcionar cotidianamente e de agir, que hoje nos parecem muito próprios da AMB, mas que também carregam consigo muitas dificuldades.

A AMB nasce com uma finalidade e um término preestabelecidos. Era uma articulação para Beijing. Na volta da Conferência da ONU, decide continuar existindo, mas sem preestabelecer claramente como seria essa existência, apenas definindo o seu que-fazer. Já nesse momento tinha-se a ideia de ser um espaço que 'dá voz às mulheres', em suas diversas expressões.[18] A indeterminação sobre como deveria ser essa articulação e a decisão de ser um espaço que congrega a diversidade das mulheres articuladas em movimentos parecem ter sido a base para a constituição do modo de ser e de atuar da AMB hoje.

Desde o início, a AMB não tinha uma linha política única e nem um rumo finalístico previamente estabelecido. A ideia

era garantir a presença do movimento brasileiro de mulheres em Beijing. Depois disso, passou a monitorar os resultados, em seguida buscou juntar todos os movimentos na elaboração da Plataforma Política Feminista, posteriormente voltou-se para articular todo o mundo para incidir nas Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres, convocada pelo Governo Federal. Mais recentemente, assumiu nova articulação[19] dos vários movimentos de mulheres para incidência sobre o processo de reforma da previdência do governo Lula, criando um fórum nacional em defesa da previdência universal, que agora se ampliou para a defesa da seguridade social.

Para esses processos, a coordenação nacional e o Comitê Político Nacional da AMB sempre perceberam a importância de organizar documentos preparatórios, roteiros de debate e de articular discussões em todos os estados para construir a força de sua presença nacional. É claro que, em alguns fóruns estaduais, isso era feito e ainda enriquecido com os debates locais; em outros, a reflexão nacional não era tão presente assim. Essa situação diferenciada em muitos momentos enfraqueceu a atuação nacional da AMB.

"Na AMB, as formas de participação são fluidas, a forma de mobilização é propositiva, não normativa, e se dá pelo exercício da comunicação, interação e ação das mulheres feministas que dela participam. As prioridades de ação são construídas nas relações e processos decisórios participativos, e estão marcadas pela produção de consensos na ação. O diálogo, a articulação e a livre adesão são compreendidos como método de relacionamento interno e método de relacionamento com outras organizações do movimento de mulheres brasileiro e internacional."[20] Essa afirmação da AMB demonstra uma intencionalidade no modo de organizar-se e

de construir as ações políticas. Vamos ver como isso ocorre a partir dos espaços decisórios.

Espaços de decisão

A AMB instituiu o Comitê Político Nacional, que reúne representantes dos agrupamentos estaduais que a integram. Essas participantes podem ser confirmadas ou renovadas a cada reunião, por decisão do seu agrupamento estadual, mas a grande maioria mantém as mesmas representantes por mais de um ano. As reuniões são garantidas com projetos de financiamento para agências internacionais feitos pela Secretaria Executiva e/ou Coordenação Nacional, e eles garantem o custeio de uma representante de cada estado; entretanto, todos os estados têm três representantes, que às vezes se revezam nas reuniões ou participam conjuntamente, desde que o agrupamento estadual consiga custear. O Comitê Político congrega também representantes das principais redes parceiras com as quais a AMB articula muitas de suas pautas, e, além disso, quase sempre faz um debate político relevante para o momento, com feministas convidadas especialmente para esse fim. O Comitê Político estabelece as prioridades anuais e as diretrizes do plano de ação da AMB.

A Coordenação Executiva Nacional é definida entre as integrantes do Comitê Político periodicamente, buscando agregar a um espaço de atuação nacional a ideia de composição a partir de representação de regiões. Além das reuniões do Comitê, a coordenação tem momentos próprios de encontro. Acoplados à coordenação funcionam, uns mais e outros menos, grupos de trabalho (GT) em torno de prioridades deliberadas no plano de ação e compostos por mulheres do

Comitê Político e outras que se agregam para contribuir com aquela questão. São exemplos desses grupos de trabalho: GT sobre violência contra as mulheres, GT de lutas globais, Comissão Organizadora do Encontro Nacional, Comissão de Metodologia etc.

A partir de 2005, a AMB percebeu a necessidade de constituir um espaço mais amplo de engajamento da militância feminista que se afina com o seu modo de atuação e suas pautas políticas: o Encontro Nacional. O Encontro, realizado na cidade de Goiânia, em dezembro de 2006, congregou "mulheres feministas dos espaços estaduais que constituem o Comitê Político, parceiras, aliadas, colaboradoras e simpatizantes, que dele participaram em nome próprio, inscritas de forma individual ou pelas organizações e movimentos sociais nos quais atuam."[21]

A Carta de Princípios do Enamb estabelecia claramente qual o caráter que o Comitê deu ao Encontro: "O Encontro Nacional da AMB é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário. Sua metodologia de construção e realização orienta-se pelo respeito à diversidade das práticas e expressões políticas do feminismo, o respeito à necessária articulação entre os saberes populares e acadêmicos presentes entre as mulheres, e também pelo compromisso com a reflexão crítica feminista e a construção coletiva do conhecimento".[22] Os registros feitos nesse momento demonstram como o Encontro conseguiu ser uma expressão real da AMB, com a grande diversidade de organizações e de pautas políticas que animam o dia a dia dos fóruns estaduais, com uma configuração estética própria, uma metodologia participativa que possibilitou o diálogo entre experiências e saberes diversos, e com grande participação de mulheres de grupos populares, que são maioria nos fóruns de mulheres que funcionam permanentemente.

Articulando por dentro e por fora

O modo de organização da AMB está imbricado com o seu modo de ação política. A AMB se organiza para ação e constrói diálogo e relação de compromisso para dentro, com a adesão dos fóruns e outras organizações feministas (ONGs, grupos, núcleos acadêmicos...) às questões que ela propõe, e para fora, construindo parcerias e alianças com outras articulações feministas e outros movimentos sociais.

O processo de autoconstituição da AMB, por ser aberto, sem filiação, funcionando por adesão conjuntural e sem regras muito fortes predeterminadas, estimula a adesão dos fóruns estaduais de mulheres ao seu Comitê Político e incentiva a adesão às pautas propostas. Todavia, durante muito tempo, talvez pela fragilidade das instâncias nacionais e o espaçamento entre suas reuniões, a AMB não era uma presença constante no cotidiano dos fóruns. Em alguns, até hoje, a visão sobre a AMB é limitada ao repasse de informes por parte da representante do fórum no Comitê Político e à articulação para assinatura em algum documento ou participação em algum momento de pressão sobre o Governo Federal e/ou Congresso Nacional. O sentido de pertencimento das integrantes dos fóruns à AMB ainda não é generalizado em todos os estados, embora pareça ter aumentado com a presença de muitas mulheres desses espaços no Encontro Nacional.[23]

Os grupos de trabalho que funcionam junto à coordenação nacional foram organizados para facilitar o aprofundamento e o encaminhamento das prioridades políticas da AMB, e também como um espaço de militância para feministas que não têm condições de participar cotidianamente dos fóruns estaduais, que atuam em ONGs e universidades, e têm

contribuições teórico-políticas a serem agregadas ao esforço de construção da AMB, em parceria com as integrantes do Comitê Político. Mas eles não conseguem funcionar tão satisfatoriamente: articulam-se de forma virtual, por falta de recursos para reuniões, e atuam mais precisamente quando algumas participantes são instadas individualmente a desenvolver contribuições para uma ou outra questão.

Em 2007 e 2008, o modo de organização da AMB foi objeto de discussão nas reuniões da coordenação para encaminhamento de uma consulta nacional. Consulta Nacional é um instrumento da Secretaria Executiva e da Coordenação dirigido aos agrupamentos estaduais (fóruns, redes...) sempre que um determinado tema polêmico precisa ser definido para dar continuidade à ação da AMB. Ela é feita por meio eletrônico e as respostas dos estados devem se basear em debates abertos, mas em alguns casos resumem-se à participante no Comitê Político.

Também estiveram em questão a forma de organização e o funcionamento do Comitê Político. Há diferentes modos de compreender a presença das organizações parceiras. Quem discorda dessa presença considera que isso reduz a força do Comitê; já outras consideram que esta presença deveria ser estimulada e ampliada. Questiona-se também a possibilidade de a AMB ter tomado um caráter federativo ao constituir-se como articulação de fóruns estaduais, o que seria um elemento contrário a seu caráter amplo de articulação da diversidade de movimentos de mulheres e exigiria então engajar movimentos regionais e nacionais no seu espaço de articulação, adotando caráter organizativo de rede de movimentos sociais.

A AMB enfrenta também o debate sobre a autonomia político-organizativa dos fóruns estaduais que a constituem. Essa

autonomia pode gerar – ou não – adesão às pautas políticas nacionais e internacionais propostas, e isso tem apresentado riscos e dispersão de forças em momentos-chave da conjuntura. Por outro lado, há reflexões no sentido de que a autonomia dos fóruns para aderirem ou não a uma proposição política é que gera a força e a capacidade de mobilização da AMB, em função de seu estilo de rede e de formação de consensos ativos, sem obrigação prévia em torno das decisões nacionais.[24]

Os fóruns estaduais de mulheres [25]

Estão integrados à AMB os agrupamentos de mulheres dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. Eles são chamados de modos diferentes em cada estado: fórum, rede, núcleo ou articulação. Tal diferença deve-se ao processo próprio de autoconstituição em cada lugar, o que garante especificidades e modos diferentes de organizar-se, de conduzir as lutas das mulheres e fazer o debate feminista no plano local. "A AMB não tem uma exigência de estrutura para adesão e pertencimento, é a estrutura que existe naquele local, com todas as suas dificuldades e possibilidades, com a sua história, que entra na AMB. Em alguns lugares vai ter tido força o movimento sindical, em outros, a presença maior é de grupos populares, setores de igreja... e assim vai."[26]

Na maioria dos fóruns participam ONGs feministas, grupos populares de mulheres, feministas de outros movimentos sociais ou ONGs mistas e algumas sem vínculo com nenhuma organização ou atuantes no âmbito acadêmico. Mas há estados do Brasil onde não há nenhuma ONG feminista e, mesmo nas universidades, a presença feminista é muito reduzida, como é o caso de Roraima. Há casos em que as

mulheres do movimento sindical participam ativamente dos fóruns, há outros em que há um certo distanciamento. O mesmo ocorre com feministas mais vinculadas às universidades, que muitas vezes contribuem nos momentos fortes de elaboração sobre um problema em debates e seminários.

O modo de organização dos fóruns também é diversificado. Há aqueles que estão articulados em todo o território do estado, como no Pará e Ceará, e outros que se restringem às capitais e áreas metropolitanas. Há fóruns que congregam poucas pessoas e organizações, e outros que têm mais de 50 grupos participantes. Certos fóruns têm um funcionamento permanente, com um encontro periódico de planejamento e avaliação, e reuniões regulares para reflexão e organização das ações do movimento, mas há também alguns que funcionam em momentos de pique do movimento nacional, como o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, ou na preparação das Conferências Nacionais de Políticas Públicas, por exemplo.

Existem fóruns fortemente articulados em torno de prioridades locais, como o Fórum de Mulheres de Pernambuco, que durante um largo período realizou uma vigília mensal de denúncia da violência contra as mulheres, e outros com presença local articulada ao seu contexto próprio, constituindo-se com debates de um projeto político para região, como é o caso do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense. Alguns tomam para si o debate sobre violência, muitos atuam mais na área de saúde, outros enfrentam as questões de desenvolvimento. Essas informações não se baseiam em um levantamento objetivo, neste momento, apenas em observações esparsas das entrevistadas, mas sugerem uma diversidade de prioridades locais que, considerando as conjunturas específicas, podem facilitar ou dificultar a adesão às pautas nacionais propostas pelo Comitê Político da AMB.

"Os fóruns conseguem uma diversidade de organizações muito rica e por isso têm esse retorno de debates e mobilizações, porque, ao mesmo tempo, você consegue ter força de mobilização, mas calcada em um grau de elaboração crítica que impulsiona o debate, ação, a proposição... É assim: as pessoas entram e saem dos fóruns, voltam quando têm um assunto quente, ajudam na elaboração mesmo sem ir pra reuniões, há uns que têm carta de princípios, outros não... As pessoas pertencem àquilo engajadamente, não é um negócio que se bota um bótom no peito e daí faz parte. É uma adesão mesmo, de ajudar a pensar, a construir..."[27]

Jeito de fazer: construindo um método de ação política

Transformar o mundo pelo feminismo

A referência política geral para atuação da Coordenação Executiva Nacional da AMB segue sendo a Plataforma Política Feminista, documento resultante da elaboração conjunta de vários movimentos de mulheres do Brasil, por ocasião da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, em 2002. Anualmente, o Comitê Político, direção nacional da Articulação, decide as prioridades políticas do período e constrói as bases do plano de ação, elaborado posteriormente pela Secretaria Executiva e aprovado na Coordenação.

A Secretaria Executiva consolida esse plano, geralmente elabora (ou solicita a alguma feminista que o faça) documentos que fundamentem essas prioridades e faz circular o debate, eletronicamente, para o Comitê Político e, por meio dele, para os fóruns estaduais de mulheres. Esse tipo de ação ocorre quando se avalia que é necessário consubstanciar um problema prioritário ou uma ação sobre a conjuntura, ou quando são tratadas novas questões que surgem no percurso do ano. Em momentos fortes de ação, a Secretaria usa um instrumento eletrônico chamado Agenda Política, no qual veicula textos subsídios de leitura rápida e orientações para os debates nos estados. Obviamente, o grau de realização desse processo varia de um fórum para o outro.

São várias as pautas políticas prioritárias que são articuladas, muitas vezes, ao mesmo tempo. Algumas recebem maior adesão dos fóruns estaduais e outras, menos; em função disso, algumas ações nacionalmente articuladas são

mais fortes e se realizam em todos os estados, e outras, não. Por exemplo: a chamada nacional para uma grande mobilização contra a violência por ocasião do dia 8 de março de 2007, marcada por um 'apitaço',[28] teve adesão de todos os estados; já a mobilização em torno da reforma política, também em 2007, contou com a participação ativa apenas de alguns fóruns estaduais.

A Secretaria Executiva já trabalhou também com dois outros instrumentos eletrônicos de comunicação e mobilização: o boletim Articulando Eletronicamente,[29] antes semanal e agora com periodicidade esparsa, com três ou quatro páginas, e ainda contendo subsídios anexos informados na seção "CONtextos", na qual são divulgados artigos de feministas, notas e cartas de movimentos sociais, e outros textos vinculados a um problema noticiado no boletim. O outro instrumento eletrônico é o Articulando Assinaturas, que possibilita recolher assinaturas dos fóruns estaduais, grupos, movimentos ou de todas as mulheres que queiram, como mecanismo de consolidação de uma posição da AMB, de apoio à mobilização de outros movimentos sociais e de pressão sobre os poderes públicos. Há ainda o Articulando EntreNós, instrumento eletrônico utilizado pela Coordenação e/ou Comitê Político para a tomada de decisão sobre algum fato da conjuntura.[30]

Quando há uma forte adesão dos fóruns estaduais ao enfrentamento de um problema no plano nacional, a Coordenação e/ou a Secretaria Executiva orientam com indicativos de ações locais, elaboração de panfletos e, quando possível, repassam algum recurso financeiro para os fóruns estaduais, para a elaboração de folhetos, bandeiras e outras necessidades de seus processos de mobilização. Em função desse modo de desenvolver a ação, existem diferentes panfletos da AMB sobre a mesma questão no mesmo período,

assim como diferentes bandeiras confeccionadas nos estados, todas com a sigla AMB e com o padrão estético próximo ao que marcou o Encontro Nacional, porém diferentes entre si. Essa diversidade de formas de expressão pública é analisada positivamente por algumas coordenadoras como sendo algo que corresponde ao ideário que funda a AMB.[31]

Buscaremos exemplificar como, em experiências concretas, se expressa esse modo de articular a ação política característica da AMB em lutas prioritárias como: a defesa das políticas públicas para mulheres, o enfrentamento da violência contra as mulheres, a defesa dos direitos das mulheres na previdência social, a reforma do sistema político e a articulação pela legalização do aborto. A descrição feita a seguir demonstra alguns elementos comuns, mas também diferentes procedimentos e resultados. Obviamente que as conquistas não se devem apenas ao modo de organizar a luta de um dado movimento: há fatores conjunturais intervenientes que favorecem ou dificultam os resultados de um processo. Mas como nosso objetivo é discutir a existência, ou não, de um método, faz-se necessário apresentar essas informações.

A defesa das políticas públicas para mulheres

A I Conferência de Políticas Públicas para Mulheres – CNPM, convocada pelo Governo Federal, foi em 2004. A AMB se organizou para atuar nesse processo, o que implicou em conferências municipais e estaduais, nas quais foram tomadas decisões sobre as políticas nessas esferas e elegeram representação (delegadas) para o nível imediatamente

subsequente. Essa atuação foi organizada em uma reunião entre a coordenação da AMB e as coordenações de outras organizações nacionais do movimento de mulheres.

A partir da elaboração do já citado caderno de textos Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas, que subsidiou o debate dos fóruns estaduais de mulheres, a AMB divulgou propostas de diretrizes de políticas públicas (de caráter nacional) e orientações estratégicas sobre a organização das conferências. De posse desse material, os fóruns estaduais realizaram seus próprios processos preparatórios, aos quais agregaram o debate sobre a situação nos seus estados, articularam-se com outros movimentos e participaram ativamente das conferências municipais e estaduais. O boletim Articulando Eletronicamente, em várias edições, ao longo do ano, circulou com informações sobre o desenvolvimento dessa ação de incidência nos estados e na Conferência Nacional. A AMB atuou também de forma decisiva na comissão organizadora nacional e na relatoria da Conferência.

As principais questões levantadas pela AMB e adensadas nos debates estaduais incluíram: a perspectiva de universalidade nas políticas públicas; uma visão integrada de políticas para mulheres, ou seja, intersetorialidade e não confinamento a um único Ministério, e o princípio constitucional do Estado laico. Entre as propostas ganhas no plenário destacaram-se o capítulo sobre Natureza, Princípios e Diretrizes da Política Nacional de Mulheres e a própria ideia de uma política de Estado. Essa era uma concepção ausente da proposta inicial e que foi construída, no processo, pela intervenção dos movimentos e, especialmente, do projeto da AMB. A abertura desse capítulo afirma que uma política nacional implica reconhecer que a organização do Estado interfere na vida das mulheres determinando, reproduzindo ou sancionando padrões de desigualdade de gênero e raça.

O texto aprovado afirma a responsabilidade do Estado pela universalidade dos direitos e afirma gênero e raça como componentes estruturais das relações sociais e econômicas. As diretrizes gerais, também ausentes da proposta inicial, afirmam o reconhecimento da violência em sua dimensão estrutural e histórica; a responsabilidade do Estado na alteração da divisão sexual do trabalho; o caráter redistributivo e desconcentrador de renda que deve marcar políticas que efetivamente combatam a pobreza entre as mulheres. Destaca-se, no âmbito da promoção da autonomia das mulheres, a indicação de revisão da legislação que criminaliza o aborto, questão que vem sendo enfrentada pelo Plano Nacional de Política para Mulheres, elaborado pela Secretaria de Política para Mulheres em resposta à I CNPM.[32]

Em 2007, por ocasião na II CNPM, essa estratégia foi reeditada. Dessa vez, os processos políticos ganharam maior complexidade, haja vista que era necessário fazer uma avaliação do I Plano Nacional de Política para as Mulheres resultante da I CNPM. Na avaliação da Secretaria Executiva da AMB, o resultado foi positivo. Apesar de parte da comissão organizadora não concordar, a perspectiva de organização da Conferência por parte do governo tomou por base o número de mulheres nos municípios, desconhecendo a maior ou menor presença dos movimentos. Apesar disso, a AMB e outros movimentos nacionais de mulheres conseguiram ter uma forte atuação conjunta na Conferência. Ademais, contrariando a posição oficial do governo, foi aprovada a proposta do movimento, que demarcou a obrigação de o governo enviar para o parlamento um projeto de lei pela descriminalização do aborto. Também foram alterados e acrescidos eixos ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres, cuja perspectiva é de mudanças nas condições de vida, a exemplo de trabalho e desenvolvimento.

O enfrentamento à violência contra as mulheres

O enfrentamento à violência contra as mulheres é uma luta antiga do movimento feminista. Na AMB, ela tem um processo sistemático desde 2003. Nesse período, a Secretaria Executiva organizou um trabalho nacional de monitoramento das ações do Estado brasileiro em combate à violência contra as mulheres. Vários fóruns estaduais aderiram ao processo, que teve início com um seminário nacional intitulado O desafio feminista de monitorar a cidadania das mulheres, no qual ficou estabelecido que, para a AMB, "monitorar é um processo político", como está em seus documentos:

> Não vamos transformar os fóruns em centros de pesquisas, com a qualificação técnica que boas pesquisas requerem. Tampouco vamos tratar as lideranças estaduais como auxiliares de coleta de dados para pesquisas de outras organizações. Tomamos outro caminho, o de promover o debate feminista sobre a violência, de forma sistemática e com método. Esse debate será informado, não pela opinião pessoal de cada uma de nós, mas pela reflexão crítica coletiva sobre estudos que outras pessoas e organizações realizam.[33]

Após o seminário, a Secretaria Executiva formulou documentos de orientação para os processos nos estados e divulgou textos de subsídio. Os fóruns estaduais realizaram seus diferentes processos de monitoramento com debates sobre a violência contra as mulheres, visitas aos serviços públicos, reuniões com Ministério Público e com as Secretarias de Segurança Pública dos governos estaduais, seminários de aprofundamento da reflexão com a presença de pesquisadoras feministas etc. Esse processo foi sistematizado, nos estados, por uma das organizações participantes do fórum, e, em nível nacional, há uma síntese feita pela Coordenação da AMB. Foram produzidos relatórios em 14 estados do Brasil,

o que demonstra uma grande adesão. A intenção inicial era sistematizar o método de monitoramento e, junto com ele, publicar todo o material, de modo a contribuir com a continuidade dos processos nos fóruns estaduais. Mas isso não se viabilizou em função de outras prioridades e da questão financeira.

Essa ação política sobre a violência teve continuidade em 2004, com elaboração de um parecer ao projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre violência doméstica (posteriormente aprovado e que deu origem à chamada Lei Maria da Penha), e com a participação em debates e audiências públicas sobre o projeto e, no ano seguinte, pela promoção do seminário nacional Estratégias de Lutas e Política Cultural Feminista Contra Violência, realizado em parceria com ONGs e núcleos acadêmicos, em 2005. Ainda em 2004, a AMB publicou uma revista[34] com o tema Pela eliminação da violência contra a mulher.[35] Porém, esse período, apesar dessas realizações e, como elas mesmas indicam, parece não ter tido o mesmo grau de articulação entre as questões nacionais e as ações dos fóruns estaduais de mulheres do período anterior.

Em 2006, a Coordenação Nacional da AMB conclama os fóruns estaduais a uma ação conjunta contra a violência por ocasião do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Além do processo anterior de monitoramento político, serviu de estímulo a essa investida o fato de que, desde janeiro de 2005,[36] o FMPE – Fórum de Mulheres de Pernambuco vinha realizando uma ação pública mensal, a Vigília pelo Fim da Violência contra as Mulheres,[37] denunciando os índices de assassinatos de mulheres naquele estado. A adesão dos fóruns estaduais nesse momento foi total, e a Vigília Nacional foi realizada em todos os estados[38] no dia 8 de março, precedida de muitas entrevistas e debates nos meios de

comunicação, panfletagens, seminários, processos de reivindicação e negociação com os governos locais etc. Nesse mesmo ano, foi aprovada no Congresso Nacional a Lei Maria da Penha sobre a violência contra as mulheres que, entre outras coisas, abandonou a classificação desse tipo de ato como "crime de menor teor ofensivo" e agravou as possíveis penas para os agressores.

Após a aprovação da Lei Maria da Penha, os fóruns estaduais seguiram em movimento pela difusão das novas formas legais e pela exigência de instalação dos mecanismos e equipamentos públicos necessários à sua aplicação. Por ocasião do dia 8 de março de 2007, a AMB conseguiu uma nova mobilização nacional, com manifestações públicas em todos os estados, tendo como elemento central o 'apitaço', ou seja, em um dado momento, todas/os as/os participantes da manifestação (passeata, ato, vigília) apitavam ao mesmo tempo, como uma forma de denúncia da violência contra a mulher. Essa ideia foi desenvolvida a partir de uma ação organizada por um grupo popular de mulheres, Cidadania Feminina, do bairro Córrego do Euclides, em Recife,[39] que se inspirou em ações semelhantes do movimento de mulheres em alguns países da América Latina. Naquela comunidade, as mulheres se organizaram para apitar quando se sentem ameaçadas ou veem outra sofrendo algum tipo de violência: uma mulher apita bem forte e as que ouvem dão continuidade até que muitas mulheres no bairro estejam apitando ao mesmo tempo. Essa medida tem intimidado ações locais de violência. O 'apitaço' do Cidadania Feminina ganhou notoriedade pública, com forte presença em meios de comunicação nacionais.

Essa mobilização da AMB em março de 2007 foi articulada também com outros movimentos sociais para além do movimento de mulheres. Na ocasião, vários movimentos

estavam mobilizados contra a presença do presidente norte-americano George Bush no Brasil. Nessa circunstância e em função da força que ganhou a luta das mulheres contra a violência, foi possível articular ações comuns com vários movimentos na maioria dos estados.

O enfrentamento da violência contra as mulheres continua sendo uma prioridade mas, nos últimos anos, a concepção dessa luta vem se ampliando. A AMB, em parceria com duas organizações feminista (Coletivo Leila Diniz e SOS Corpo), realizou um processo nacional de formação sobre violência, tendo como participantes o seu Comitê Político. Nesse processo, resgatou-se a trajetória de luta feminista sobre a temática, discutiu-se diferentes pontos de vista teórico-políticos de explicação sobre o problema, aprofundou-se a compreensão sobre a violência contra as mulheres a partir da análise de diferentes contextos e realizou-se trocas de experiências entre os fóruns estaduais sobre os diversos processos de luta e as formas estéticas que têm sido adotadas em cada local para expressão pública.

A defesa dos direitos das mulheres na previdência

No Brasil, após a Constituição de 1988, e por conta das propostas populares apresentadas pelos movimentos sociais naquele período de forte mobilização, a previdência social passou a ser um direito universal e a fazer parte da política pública de seguridade social, ou seja, estar articulada à saúde e assistência social. No âmbito da saúde, por pressão social, com destaque para o Movimento Sanitarista e com participação do Movimento Feminista, criou-se o SUS – Sistema Único

de Saúde, que tem como princípios a equidade, participação, descentralização e a universalidade. No âmbito da assistência social, criou-se a Loas – Lei Orgânica da Assistência Social, e agora está em construção o Suas – Sistema Único da Assistência Social, como articulação dos mecanismos de gestão e execução dessa política. Esse processo de garantia de direitos sociais ocorreu simultaneamente ao advento do neoliberalismo no mundo que, no Brasil, implicou, entre outras coisas, na redução do tamanho do Estado e na não priorização de gastos na área social. Mais recentemente, a conjuntura internacional tem sido marcada também pelas negociações na OMC – Organização Mundial do Comércio, com fortes ameaças sobre os serviços públicos.

Como resultado dessa situação, passamos a ter uma política de saúde que agoniza com a crise do SUS e o financiamento público do setor privado, e uma política de assistência social que não se efetiva como possibilidade de redistribuição de renda. Em 1998, o governo Fernando Henrique Cardoso realizou a primeira reforma da previdência, no sentido de adequá-la à perspectiva neoliberal, alterar seu caráter universal e transformá-la em seguro, ou seja, só têm direito a benefícios e aposentadorias aqueles que contribuírem com a previdência. Uma outra reforma, mantendo o mesmo sentido, ocorreu durante o primeiro governo Lula.

Nesse processo, a Coordenação Nacional da AMB teve uma forte atuação contrária à reforma da previdência, mobilizando um grupo de interlocução feminista sobre o tema, e pela organização de seminário na Câmara dos Deputados, além de cartas públicas expressando posição, pressão sobre os parlamentares etc. Esta ação contou com uma baixa adesão dos fóruns estaduais de mulheres. Isso se deve, em parte, às dificuldades próprias de articulação nacional com poucos recursos, mas também por ser um tema novo no movimento

feminista, que exigia uma boa compreensão dos direitos no campo do trabalho e da proteção social. Apesar disso, a reforma incorporou uma das posições fundamentais defendidas pela AMB: a criação da possibilidade de inclusão de trabalhadores e trabalhadoras informais na previdência social.

Em 2007, o Brasil começou a discutir uma nova reforma da previdência. O presidente Lula constituiu um fórum específico para formulação da proposta para essa reforma, composto pelo Governo Federal, empresários e representantes das centrais sindicais. A Coordenação da AMB recolocou o problema para os fóruns estaduais e para outros movimentos de mulheres, e, dessa vez, contou com uma adesão bem mais ampla. A AMB lançou o Fórum Itinerante e Paralelo sobre Previdência Social – Fipps, em parceria com a AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, Fenatrad – Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, MMM – Marcha Mundial de Mulheres, MMC – Movimento de Mulheres Camponesas, MMTR-NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu e Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas de Casa.

"Esse fórum é uma resposta à exclusão do movimento de mulheres como integrante do fórum oficial", diz o documento do Fipps, que continua: "As mulheres pretendem com essa ação dar visibilidade à sua exploração no mundo do trabalho e dar voz a todos os segmentos de mulheres trabalhadoras informais, precarizadas e excluídas da proteção previdenciária, para si e suas famílias". A adesão de outros movimentos de mulheres e dos fóruns estaduais da AMB possibilitou a realização de diversos momentos de mobilização do Fórum Paralelo em vários estados e a divulgação de um panfleto com as propostas do movimento, além da

circulação de um 'abaixo-assinado' nacional exigindo uma previdência social redistributiva e universal, que garanta os direitos das mulheres em qualquer tipo de trabalho: doméstico não remunerado, informal ou no mercado formal. O ápice da mobilização foi o acampamento nacional em Brasília, em outubro de 2007, na frente da Esplanada dos Ministérios, articulado a um intenso processo de argumentação e negociação realizado pelo Fipps no interior do fórum oficial.

O fórum oficial não chegou a uma proposta de consenso e, com isso, foi barrada a reforma da previdência. Não houve avanços, mas os movimentos de mulheres conseguiram evitar a perda de direitos já conquistados. A articulação dos vários movimentos de mulheres defendendo a previdência universal continua, mas ampliou-se para a defesa da seguridade social como um todo: previdência, saúde e assistência social.

A reforma do sistema político

A Plataforma Política Feminista, resultante da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (Brasília, 2002), organizada pela AMB e outras articulações nacionais do movimento de mulheres, já colocava com ênfase o problema da desigualdade de poder entre homens e mulheres no sistema político brasileiro. Não havia ainda, no entanto, uma proposta que permitisse construir posição e mobilização nacionais do movimento feminista em torno do problema. Em 2005, a AMB participou, em conjunto com outros movimentos sociais, ONGs e setores da Igreja Católica, de um seminário cujo objetivo era discutir a democracia brasileira e questionar

o atual modelo do sistema de representação. Aí começou a surgir a proposta de reforma do sistema político.

O grupo articulado naquele seminário organizou um conjunto de seminários nos estados e regiões do país, em 2006, para fazer a crítica ao sistema político e elaborar propostas para uma mobilização nacional por reformas na estrutura de poder político. Também foram organizados vários debates em momentos do Fórum Social Mundial. A AMB fez circular esse debate através de seus veículos de comunicação, conclamando a participação ativa. Os fóruns estaduais de mulheres tiveram participação nesses seminários regionais com grau de adesão diferenciado, mas, apesar disso, um grande número de representantes dos fóruns esteve presente no seminário nacional, que fechou o processo de elaboração, e atuou de forma conjunta. A partir desse farto material elaborado, foi construída a Plataforma dos Movimentos Sociais por uma Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa, e consolidado um grupo nacional de movimentos sociais e ONGs que seguem coordenando a mobilização nacional de defesa dessa Plataforma.

O documento tem cinco eixos, em torno dos quais se inscrevem as diversas propostas vindas dos seminários regionais e nacional: democracia direta, democracia participativa, democracia representativa, Poder Judiciário e comunicação. Em todos esses eixos, a AMB conseguiu colocar propostas relativas à geração de condições favoráveis à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder. Além disso, todos os movimentos e organizações atuantes na mobilização da plataforma assumiram a questão da situação de poder das mulheres como um problema para a construção da democracia e encamparam as propostas feministas – nem todos com a mesma ênfase no debate público.

Em 2007, a mobilização por uma reforma política conseguiu articular no Congresso Nacional a retomada desse debate. Foi constituída uma Frente Parlamentar pela Reforma Política que, pela primeira vez no Brasil, tem uma coordenação com participação social, da qual a AMB faz parte. Nesse processo, a AMB, em conjunto com a Marcha Mundial de Mulheres, a Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT e com apoio da Secretaria de Mulheres do PT – Partido dos Trabalhadores e da Fundação Friedrich Ebert, organizou um seminário nacional para gerar um consenso entre o movimento feminista sobre as propostas a defender na mobilização em torno da plataforma de reforma política.

A ênfase do movimento feminista é na articulação de um sistema integrado de participação popular, que inclua conselhos, conferências e processos de participação na elaboração do orçamento público; na regulamentação dos instrumentos de participação direta, como plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular; na obrigatoriedade, para eleições legislativas, da apresentação pelos partidos de listas fechadas com alternância de sexo na sua composição; no controle social sobre o Judiciário e na democratização da comunicação, com destaque para o controle sobre concessões e para criação de um sistema público de comunicação.

Como resultante desse processo, a AMB avalia que conseguiu pautar junto a outros movimentos sociais, ao Parlamento e à mídia alternativa a defesa das condições de participação política das mulheres. Também foi possível apresentar à sociedade a crítica feminista ao sistema político e contribuir para organização da plataforma para reforma do sistema político, que tem nitidamente uma perspectiva de transformação favorável às mulheres.

No Congresso Nacional, essa luta foi inicialmente derrotada, pois o debate ficou em torno de uma reforma política mínima, composta apenas de questões partidárias e eleitorais. Apesar disso, o processo está tendo continuidade com debates nos estados, produção de cartilhas e vídeos para educação e mobilização em torno da proposta, constituição de frentes parlamentares estaduais, debates nos momentos de Fórum Social Mundial etc. O movimento feminista tem colocado no interior da Plataforma a defesa da paridade entre homens e mulheres nos espaços de poder, mas muito está por ser feito para que essa luta tome corpo no conjunto do movimento de mulheres e seja assumida plenamente por outros movimentos sociais.

A articulação pela legalização do aborto

O aborto é uma questão permanente para o movimento feminista. Ao longo destes anos, muitas ações foram desenvolvidas pela AMB, pelos fóruns estaduais e por outras organizações. A Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos historicamente assumiu a liderança de articulações nacionais em torno da questão. Em Conferências Nacionais de Saúde, que decidem a política da área, já foram aprovadas resoluções favoráveis. Em 2005, as feministas criaram uma articulação, reunindo diversas organizações e movimentos de mulheres, chamada Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro, com o intuito de realizar ações conjuntas em defesa do direito ao aborto.

Todos os fóruns estaduais de mulheres ligados à AMB têm posição favorável à legalização do aborto. O mesmo ocorre

com todos os outros movimentos feministas que atuam no plano nacional. Todavia, historicamente existem dificuldades para estabelecer uma estratégia única e suficientemente forte para impulsionar essa luta no Brasil.

Com a decisão favorável à descriminalização do aborto, aprovada na II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, em 2007, a AMB participou de uma comissão tripartite, criada pelo Governo Federal, que reuniu representantes dos Ministérios, da sociedade civil e do Parlamento para formular uma proposta do Executivo para o Congresso Nacional. A discussão foi feita e a proposta elaborada defendia a descriminalização do aborto e o atendimento das mulheres no âmbito do Sistema Único de Saúde. O governo, por meio da SPM – Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, encaminhou a elaboração ao Congresso Nacional, mas não como um projeto de lei do Executivo, apenas como um documento propositivo da comissão. Essa situação permanece até hoje, tendo como única novidade o posicionamento público favorável do atual ministro da Saúde,[40] embora não seja uma posição do governo com um todo. Recentemente, apesar da posição contrária e manifesta do Governo Federal, a descriminalização do aborto foi aprovada na II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, com recomendação de que o Governo Federal encaminhe um projeto do Executivo para discussão no Congresso Nacional.

Nesse período cresceram também as ações fundamentalistas de grupos chamados *pro-life* e seus adeptos no Poder Público. Aconteceram vários casos de prisões de mulheres, ameaças de processos etc. O mais grave foi o indiciamento de inúmeras mulheres que tinham feito qualquer tipo de atendimento em uma clínica no Mato Grosso do Sul, que foi acusada de realização de abortos. Essa dinâmica tenta gerar

uma opinião pública desfavorável à legalização e que considere crime a realização do aborto, em quaisquer circunstâncias, e até mesmo a defesa de mudanças na legislação atual.

Em 2009, a AMB empenhou seus esforços em uma nova estratégia: a construção da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto. Essa frente, organizada pelos movimentos feministas, conseguiu a adesão de vários outros movimentos sociais, de parlamentares, artistas, intelectuais e diversas outras pessoas que têm incidência sobre a opinião pública. Diversos lançamentos da Frente aconteceram em vários estados, por meio de atos públicos, coletas de assinaturas, shows, debates etc., e a perspectiva é seguir impulsionando seu crescimento para alterar a correlação de forças na sociedade brasileira quando da oportunidade de um projeto de lei que legalize o aborto e permita que as mulheres decidam autonomamente sobre suas vidas e possam ser atendidas no serviço público de saúde.

Frentes de luta

Articular esse conjunto de pautas atuais, nacionalmente, segue sendo um desafio para a coordenação da AMB. Em diferentes momentos da conjuntura, umas ganham maior força que outras, não apenas pela presença, ou não, de fóruns estaduais, mas também pela própria ação do Comitê Político Nacional e de seus escassos recursos para construir fundamentação e mobilização acerca de todas essas questões. As dificuldades são causadas também pela extensão territorial do país, os poucos recursos financeiros e, ademais, as conjunturas adversas a propostas feministas.

Na reunião do Comitê Político, em fevereiro de 2008, em Itaparica, na Bahia, a AMB deliberou uma política geral para a sua atuação no período 2008-2010. Ela tomou por base a Plataforma Política Feminista e o painel de propostas do Encontro Nacional, realizado em Goiânia (GO) no final de 2006. Nessa política constam: análise do contexto político latino-americano, projeto político e objetivos da AMB, prioridades e metodologia de ação, e as frentes de luta para um período.

Frentes de luta é o termo utilizado pela AMB para designar uma prioridade política em um dado período. Elas têm a ver com a análise da situação das mulheres nesta sociedade patriarcal, capitalista e racista, os principais problemas que vivemos e também com a trajetória do movimento feminista no enfrentamento a essas questões. A ideia de luta está presente para demonstrar o empenho do movimento para superação de um problema, buscando aprofundar o seu conhecimento sobre ele, propor alternativas, mobilizar as mulheres e fazer pressão sobre os governos para alterar a situação.

Para o período 2008-2010, as frentes de luta da AMB são: legalização do aborto, fim da violência contra as mulheres, reforma do sistema político, políticas públicas para mulheres, previdência e seguridade social, luta feminista antirracista, justiça socioambiental, contra a lesbofobia e alternativas à globalização.[41]

Construindo um método

"Um mais um é sempre mais que dois..."

O histórico da AMB e o detalhamento do seu modo de organização e ação política, apresentados nas partes anteriores

desta sistematização nos permitiram vislumbrar alguns elementos comuns às várias experiências descritas. Isso indica um processo de formação de metodologia própria, visto *a posteriori*. Não parece que tenha sido previamente estabelecido como uma decisão consciente da Coordenação ou do Comitê Político, e nem que possa ser visto como uma proposição já pronta e estabelecida. Esta sistematização demonstra que, ao longo da sua história, por tomar decisões político-organizativas baseadas nos mesmos princípios feministas, a AMB construiu um jeito de fazer política que buscaremos resgatar sinteticamente aqui, a partir dos elementos que constituíram essa ação.

Alguns elementos e/ou princípios feministas foram adotados desde o início da construção da AMB e estão na base de suas decisões sobre seu modo de funcionamento e atuação, senão vejamos:

- A ideia de dar espaço para a voz das mulheres, nas suas diferentes expressões organizativas: grupos populares, ONGs, núcleos acadêmicos, mulheres não vinculadas à nenhuma organização, mulheres organizadas em diversos movimentos sociais. Isso ocorre por meio de procedimentos adequados para esse objetivo, que vão desde estímulo à auto-organização dos fóruns até roteiros de debates de temas e sistematização de propostas aí elaboradas.

- Reforço à autonomia e auto-organização das mulheres: desde o início, essa premissa embasa o modo de fazer articulação da AMB, que considera as diferenças e especificidades das organizações locais. Para o feminismo, autonomia não significa voluntarismo ou individualismo, mas uma crítica ao modo de organização centralizadora e hierarquizada, e um reforço à capacidade de realizar ação coletiva com a força do movimento articulado.

- Garantir a participação da diversidade de mulheres organizadas: negras, lésbicas, jovens, da cidade e do campo... Essa é uma intenção manifesta, mas a presença de organizações de mulheres na AMB ainda é majoritariamente urbana, e a referência de organizações que a constituem não é a de cada segmento de mulheres (negras, lésbicas etc.), e sim os fóruns estaduais. Entretanto, esses fóruns, por sua vez, congregam essa diversidade de organizações e movimentos ligados a situações específicas das mulheres. A outra forma de estimular a participação é o convite à presença de organizações nacionais do movimento de mulheres nas reuniões do Comitê Político, pois a AMB estimula e apoia a organização das diversas expressões das mulheres como sujeitos políticos e, por isso, se associa à articulação de mulheres negras, lésbicas, trabalhadoras rurais, domésticas, sindicalistas, entre outras. A AMB trabalha também baseada na ideia de que existe uma experiência comum em ser mulher que pode nos unificar em ações políticas e, por isso, busca propor pautas que possam interferir na situação de vida da maioria das mulheres.

- Análise crítica feminista dos problemas das mulheres. Esse elemento está presente desde a escolha de prioridades baseadas em análises da conjuntura econômica e política, passando pela construção dos problemas e os argumentos necessários para os debates, até a forma de atuação frente ao Estado e à sociedade em torno daquele problema. Essa capacidade crítica, todavia, parece não ser tão comum no conjunto da militância da AMB, mas algo que é continuamente subsidiado por Coordenação, Secretaria Executiva e por feministas convidadas a contribuir, problematizando alguns temas prioritários, tanto em nível nacional, como nos estados.

- A adesão às pautas políticas propostas pela AMB, gerando consenso na ação. Essa perspectiva faz com que as decisões nacionais, embora tomadas no Comitê Político, com representação de todos os fóruns estaduais, ou na Coordenação, com representação das regiões, não sejam tomadas como 'obrigação de fazer' pelos fóruns estaduais e/ou grupos que os compõem. A adesão é decidida nos debates dos fóruns estaduais, que estabelecem também o grau de empenho que será colocado naquela mobilização. Isso possibilita uma participação engajada na construção dos processos nacionais, mas também causa dificuldades quando um tema ou problema proposto é novo e não há debates acumulados nos fóruns e organizações locais, de modo que este método pode também fazer com que não haja um forte engajamento nacional na questão.

- Trabalho permanente de mobilização e comunicação. A articulação política feita pela AMB é baseada em proposição e argumentação sobre problemas, tendo como mecanismo impulsionador os instrumentos de comunicação, majoritariamente eletrônicos, em função dos parcos recursos financeiros, mas, sempre que possível, com publicações impressas. A comunicação da AMB tem um caráter de comunicação política, movimentalista e estimuladora da adesão e da diversidade de realização de formas locais de ação. Ao mesmo tempo, é um espaço de difusão de argumentos e de elaborações feministas com os subsídios que põe em circulação.

- Formação política feminista. As diversas entrevistas realizadas ressaltam a importância da criação de espaços de formação política feminista, baseada no intercâmbio de experiências, na reflexão e análise teórica, e na elaboração de estratégias para ação. Entretanto, não obstante tenha

recém acontecido um processo de formação nacional sobre a violência contra as mulheres em diferentes contextos, isso ainda não é uma constante na AMB e ainda não há uma formulação consolidada sobre em que consistiria uma política interna de formação.

Resgate do processo: construindo um jeito de atuar

A ideia de adesão autônoma às pautas políticas para gerar consenso na ação é um elemento forte da metodologia que vem sendo construída na trajetória da AMB. Ao longo da história, foi sendo gerado um padrão de como desenvolver os processos políticos e, ao mesmo tempo, conduzir à auto-organização. Esse padrão pode ser sistematizado em alguns passos.

1. Formulação do problema e estabelecimento dele como prioridade para a ação política da AMB. Isso é feito no Comitê Político e/ou na Coordenação, ainda que, muitas vezes, por proposição da Secretaria Executiva.
2. Fundamentação do problema a partir da análise crítica e da construção de posições políticas, argumentos e estratégias para seu enfrentamento. Esse debate é feito em reuniões, seminários e/ou com textos de subsídio elaborados por feministas da Coordenação, dos grupos de trabalho, e/ou colaboradoras, integrantes de organizações feministas, ou ainda por parceiras do movimento de mulheres.
3. Consulta nacional, se for o caso, ou circulação da Agenda Política Feminista. Material com subsídios teórico-políticos,

estratégias de ação nacional e orientações para debates e/ou ações públicas no plano local sobre aquele problema. Nesse item inserem-se também outros materiais de orientação, como as publicações impressas, a exemplo da revista específica para conferências Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas.

4. Articulando Assinaturas circula nacionalmente quando é o caso de coleta de assinaturas para alguma proposição. Isso ocorre ao mesmo tempo em que os fóruns estaduais realizam ações políticas de articulação, comunicação ou mobilização nas capitais e principais cidades dos estados, variando em função da situação do movimento de mulheres no estado. Também pode ser o caso de o momento consistir em envio de mensagens de pressão para o Congresso Nacional ou algum órgão do Poder Executivo, ou um 'abaixo-assinado' em papel que percorre todos os grupos e é usado nas ações de ruas para angariar adesões.

5. Ações locais nacionalmente articuladas. Essa é uma modalidade de ação que vem sendo feita ultimamente e consiste em estabelecer um dia nacional de mobilização em torno de uma causa, no qual são realizados diferentes tipos de mobilização e ações de divulgação pelos fóruns estaduais. Nesses momentos são elaborados materiais de divulgação em cada local, que consideram mais ou menos as orientações nacionais: faixas, panfletos, bandeiras, CDs de música, falas para gravações que circulam em carros-de-som etc. São exemplos disso as ações pela legalização do aborto, ações pelo fim da violência contra as mulheres, participação no Grito dos/as Excluídos/as com carta nacional sobre as eleições, entre outras.

6. Ação nacional articulada. Consiste em ações nacionais desenvolvidas a partir dos processos nacionais, que

envolvem a Coordenação da AMB e a participação dos fóruns estaduais, variando de acordo com o grau de adesão dos fóruns àquela luta ou processo político. São exemplos a participação da AMB nos processos FSM, nas Conferências de Políticas Públicas, no processo de participação social para elaboração do PPA – Plano Plurianual do Governo Federal, a construção do Fórum Itinerante e Paralelo da Previdência Social, a mobilização em torno da Plataforma de Reforma Política, entre outras.

Refletindo sobre a nossa experiência

A forma de atuar que vem sendo construída deve-se, possivelmente, aos princípios feministas de auto-organização, de autonomia e horizontalidade, que estabelecem o modo de articulação, para dentro e para fora, como uma relação entre sujeitos políticos. A contradição entre autonomia organizativa e liberdade de ação política, por um lado, e a necessidade de ações e decisões nacionalmente articuladas para enfrentar a situação de desigualdade em um país com as proporções geográficas do Brasil, por outro, parece ser uma tensão produtiva no sentido de evitar o risco da centralização, mas, ao mesmo tempo, estimular a ação da AMB como um movimento social nacional frente ao Estado e à sociedade brasileira, e, em especial, na relação com outros movimentos sociais. Esse método, associado à ação de outras organizações nacionais do movimento de mulheres, tem possibilitado colocar as mulheres na cena pública nacional a partir de suas próprias ideias e ações.

As ações dos movimentos de mulheres e da AMB em particular têm se pautado por uma crítica contundente ao

modo de estruturação da sociedade brasileira, baseado no sistema patriarcal e capitalista. Desde a elaboração da Plataforma Política Feminista, a AMB trabalha pela compreensão de que as desigualdades de raça, de classe e de gênero estão imbricadas na produção de uma situação de vida que estabelece interdições muito complexas à autonomia das mulheres, que vão desde as dificuldades de falar em público e de refletir sobre as suas próprias experiências até a possibilidade de deslocamentos em sua própria cidade e de auto-organização em um movimento social autônomo. Daí porque se torna fundamental para a própria construção do movimento feminista criar espaços próprios nos quais nós, mulheres, tenhamos possibilidade de refletir, construir posições políticas, articular ações e estabelecer relações com outros movimentos sociais na construção de processos de transformação.

A perspectiva organizativa adotada pela AMB, embora apresente dificuldades em sua implementação, pressupõe alguns elementos: respeito à diversidade de sujeitos e relação entre eles, adesão por decisão própria, geração de argumentos, enfrentamento de conflitos com assertividade e generosidade, consensos criados na ação, respeito aos diversos modos de ação e organização etc.

Essa forma de organização e de ação política tem sido fundamental para a construção da AMB como uma articulação nacional feminista com crescente poder de incidência sobre as políticas públicas do Estado brasileiro para a realização dos direitos das mulheres. É essa forma que tem possibilitado à AMB consolidar-se como movimento social e também incidir sobre a sociedade como um todo.

O feminismo da AMB tem inovado nas questões que coloca para a sociedade brasileira, tanto do ponto de vista da

luta simbólica quanto das condições materiais de existência. Exemplo disso é ter pautado a desproteção ao trabalho no debate da reforma da Previdência, com base em argumentos sobre o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres e na enorme presença das mulheres no setor informal. Ao mesmo tempo em que exige o direito à aposentadoria para mulheres que não estão no trabalho formal, o movimento põe em questão a legitimação social da divisão sexual do trabalho.

A experiência de organizar a AMB como movimento social, feminista e antirracista, de caráter nacional, exige permanentemente coerência entre a intenção e o gesto, ou seja, entre os princípios que propaga e o método de organização e ação política. Certamente isso nem sempre se realiza conforme desejado, como tentamos demonstrar, mas a intencionalidade de manter a firmeza de princípios e a flexibilidade na ação cotidiana têm sido a forma de seguir fazendo ecoar a voz das mulheres como sujeitos políticos na sociedade brasileira.

Documentos Pesquisados

BRAZÃO, Analba. Sistematização do monitoramento sobre violência contra a mulher. Natal: Articulação de Mulheres Brasileiras, 2006. Mimeo.

Encontro Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras - Transformar o Mundo pelo Feminismo, I., 2006, Goiânia: AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras, 2006.

FERREIRA, Verônica e SANTOS, Joana. Sistematização sobre o apitaço Recife: SOS Corpo, 2007.

Sítio eletrônico da AMB: www.articulacaodemulheres.org.br

Videoconferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Distrito Federal, 2002.

Pessoas Entrevistadas

1. ***Analba Brazão Teixeira*** – coordenadora colegiada do Coletivo Leila Diniz e secretária executiva colegiada da AMB.
2. ***Graça Costa*** – Fase-PA, Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense e coordenadora nacional da AMB.
3. ***Guacira César de Oliveira*** – coordenadora colegiada do Cfemea e coordenadora nacional da AMB.
4. ***Joana Santos*** – educadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia; na época, uma das integrantes da coordenação colegiada do Fórum de Mulheres de Pernambuco.
5. ***Maria Betânia Ávila*** – coordenadora geral do SOS Corpo e Articulación Feminista Marcosur.
6. ***Maria Lúcia (Malu) Lopes de Oliveira*** – Cunhã Coletivo Feminista, Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba e coordenadora nacional da AMB. Atualmente, uma das integrantes da Secretaria Executiva Nacional.
7. ***Marta Cezária*** – Fórum Goiano de Mulheres de Goiás; na época, integrante do Comitê Político da AMB.
8. ***Nelita Frank*** – Núcleo de Mulheres de Roraima e coordenadora nacional da AMB.
9. ***Schuma Schumaher*** – coordenadora da Redeh, integrante da AMB-RJ, e coordenadora nacional da AMB.
10. ***Silvia Camurça*** – educadora do SOS Corpo e secretária executiva colegiada da AMB à época. Atualmente na Coordenação Nacional da AMB.

Notas

1. Esta sistematização foi elaborada em setembro de 2007, como parte da preparação do Encontro da AFM – Articulación Feminista Marcosur, com sua primeira versão publicada em: Cotidiano Mujer, Montevidéo, Uruguay, nov. 2008. Para esta publicação, foi atualizada em dezembro de 2009 e julho de 2010.

2. Ávila, Maria Betânia. Feminismo e sujeito político. In: SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Mulher e Trabalho. Recife: Edições SOS Corpo, 2005.

3. Boletim do Enamb – Encontro Nacional da AMB, 7 a 10 de dezembro de 2006, Goiânia – GO.

4. Estados, nesse caso, correspondem a unidades da Federação.

5. A Articulação de Mulheres Brasileiras – Beijing 95 impulsionou a criação da própria AMB e também de fóruns de mulheres em diversos estados. Na época, a Articulação era composta pelos agrupamentos de mulheres espalhados em 25 estados mais o Distrito Federal: Pró-Articulação de Mulheres Acreanas Rumo a Beijing, Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres de Alagoas, Pró-Articulação de Mulheres do Amazonas Rumo a Pequim, Articulação de Mulheres do Amapá, Fórum de Mulheres de Salvador, Pró-Articulação de Mulheres do Ceará – Pequim 95, Fórum de Mulheres de Brasília, Pró-Articulação de Mulheres do Espírito Santo, Articulação de Mulheres de Goiás para Beijing, Pró-Articulação de Mulheres do Maranhão Rumo a Beijing, Articulação de Mulheres de Minas – Pequim, Pró-Articulação de Mulheres de Campo Grande, Pró-Articulação de Mulheres do Mato Grosso, Articulação de Mulheres do Pará, Fórum de Mulheres Paraibanas Rumo a Beijing, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Fórum de Mulheres do Piauí, Pró-Articulação de Mulheres do Paraná Rumo a Beijing, Articulação de Mulheres do Rio de Janeiro – Beijing 95, Pró-Articulação de Mulheres do Rio Grande do Norte, Fórum de Mulheres Gaúcha Rumo a Pequim, Fórum de Mulheres de Florianópolis, Fórum Estadual de Mulheres de Sergipe, Fórum de Mulheres de São Paulo para Avaliação da Década, Fórum de Mulheres de Rondônia, Fórum de Mulheres de Roraima.

6. Informações obtidas nas entrevistas de Schuma Schumaher e Silvia Camurça.

7. Informações obtidas nas entrevistas de Schuma Schumaher e Guacira César de Oliveira.

8. Entrevista de Silvia Camurça. Referência à Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, Brasília, 2002.

9. Entrevista de Guacira César de Oliveira e Schuma Schumaher.

10. Entrevista de Maria Betânia Ávila.

11. Documento preparatório ao Enamb – Encontro Nacional da AMB, 7 a 10 de dezembro de 2006, Goiânia – GO.

12. Entrevista de Analba Brazão Teixeira.

13. Plataforma Política Feminista, Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, Brasília/DF, julho de 2002.

14. Articulações nacionais da comissão organizadora da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras: Articulação de Mulheres Brasileiras; ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (hoje MMC – Movimento de Mulheres Camponesas); Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras; Secretaria para Assuntos da Mulher Trabalhadora da Contee; Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT (hoje Secretaria); Secretaria Nacional de Mulheres do PSB; Rede de Mulheres no Rádio; Rede Nacional de Parteiras Tradicionais; Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; e UBM – União Brasileira de Mulheres.

15. Entrevista de Maria Betânia Ávila.

16. Sobre campo político dos movimentos sociais ver: SILVA, Carmen. Identidade, ONGs e campo político dos movimentos sociais. Recife: SOS Corpo, 2005, mimeo.

17. Um Pouco da Nossa História. In: Documento do Encontro Nacional da AMB, 7 a 10 de dezembro de 2006. Goiânia/GO.

18. Entrevista de Silvia Camurça.

19. Fórum Itinerante e Paralelo sobre a Previdência Social, criado em 2007 e articulado pelos seguintes movimentos: AMB, Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, da Federação Nacional de Trabalhadoras/es Domésticas/os (Fenatrad), do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), da Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas de Casa, Articulação Nacional de Mulheres Negras e Marcha Mundial de Mulheres. A partir de 2008, a sigla FIPPS passou a representar o Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social. Neste ano, integrou-se também a esse Fórum a Articulação de Mulheres Pescadoras do Ceará.

20. Documento do Encontro Nacional da AMB, 7 a 10 de dezembro de 2006, Goiânia/GO.

21. Idem

22. Carta de Princípios do Enamb – Encontro Nacional da AMB, dezembro de 2006.

23. Informação obtida na oficina com a Coordenação Nacional, Recife, junho de 2007.

24. Registro de oficina com Coordenação Executiva Nacional da AMB, Recife, 16 de junho de 2007.

25. As informações que compõem esta parte da sistematização foram obtidas em entrevistas com Marta Leiro, do Fórum de Mulheres de Salvador/BA; Nelita Frank, do Núcleo de Mulheres de Roraima; Graça Costa, do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense; Analba Brazão, do Fórum Estadual de Mulheres do Rio Grande do Norte; Maria Lucia (Malu) Lopes de Oliveira, da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba; Joana Santos, do Fórum de Mulheres de Pernambuco; Beth Ferreira, do Fórum Cearense de Mulheres; e Marta Cezária, do Fórum Goiano de Mulheres.

26. Entrevista de Guacira César de Oliveira.

27. Entrevista de Guacira César de Oliveira.

28. As manifestantes usavam o apito como uma forma de fazer barulho, conjuntamente, como denúncia da violência contra as mulheres e chamada de atenção do Poder Público.

29. Este boletim circulou de julho de 2002 a junho de 2009, com mais de 190 edições. Foi um periódico semanal de 2002 a 2006 (N. E.)

30. Deixou de circular com a criação da lista "articulandoentrenos", um espaço de divulgação de atividades dos agrupamentos estaduais e de circulação de informações do movimento de mulheres. Todas as listas da AMB são organizadas e mantidas pela Secretaria Executiva Nacional.

31. Registro da oficina com a Coordenação Nacional, junho de 2007.

32. Informe da AMB à Action Aid, 2004.

33. Anexo do boletim Articulando EntreNós , nº 11, de maio de 2003.

34. Bocas no Mundo nº 3.

35. Informações obtidas no relatório da AMB para Fundação Ford, de 2004.

36. Leia mais em: Cadernos de Crítica Feminista, ano I, nº 0, dez 2007. SOS Corpo, Recife.

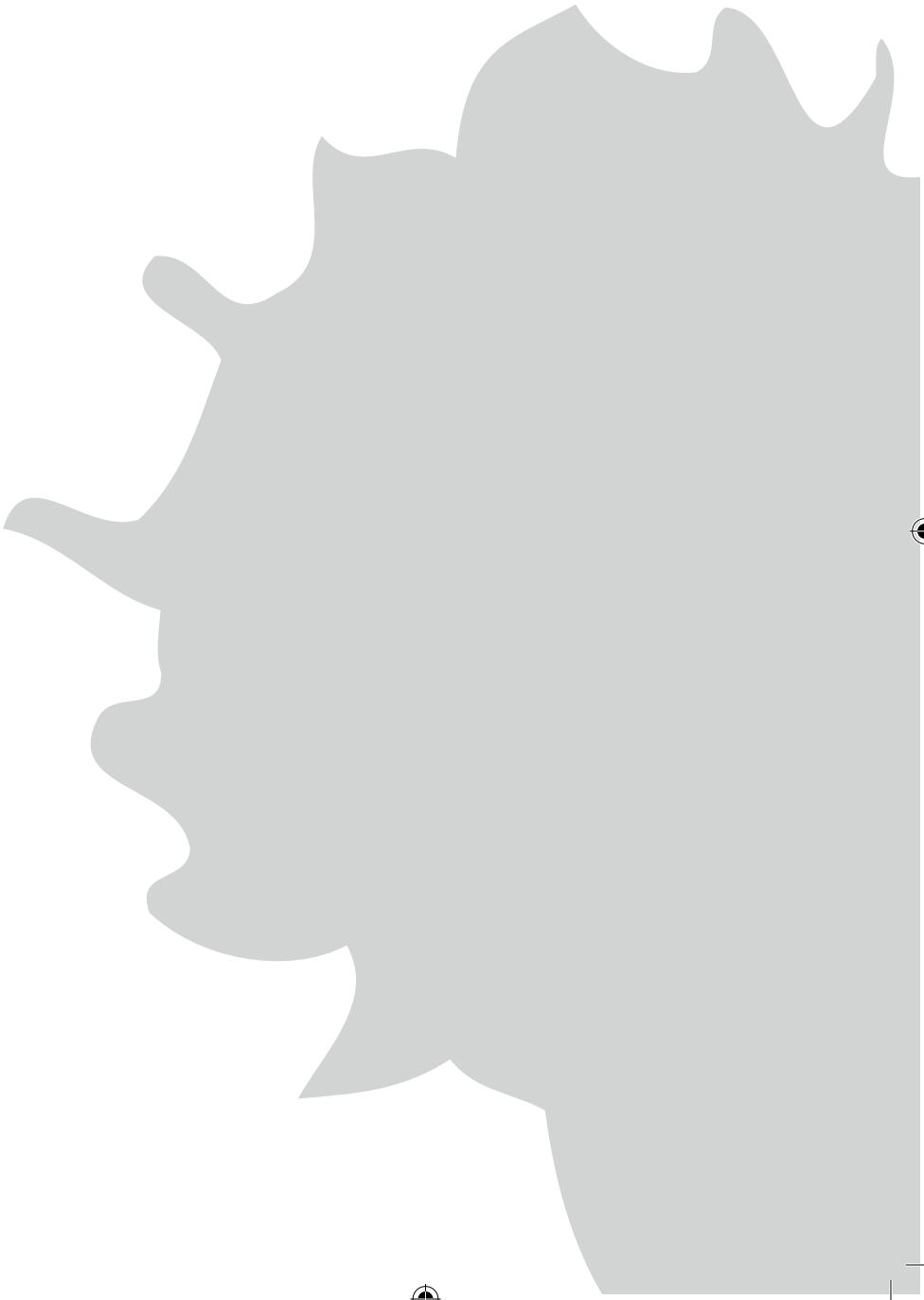
37. Sobre a ação do FMPE acerca da violência, ver: BIANCARELLI, Aureliano. Assassinatos de mulheres em Pernambuco. São Paulo : Publisher e Instituto Patricia Galvão, 2006. Ou Cadernos de Crítica Feminista, ano I, n. 0, dez 2007. SOS Corpo, Recife.

38. Ver sistematização da Vigília Nacional de 2006 elaborada por Analba Brazão, da Secretaria Executiva Nacional da AMB. Articulação de Mulheres Brasileiras, 2006. Mimeo.

39. FERREIRA, Verônica; BATISTA, Carla; e SANTOS, Joana. Sistematização de Experiência: Apitaço Contra a Violência. Recife : SOS Corpo, 2007.

40. Ministro da Saúde José Gomes Temporão, à frente do ministério entre 20 de janeiro de 2007 e dezembro de 2010.

41. Política Geral de atuação da AMB para o Período 2008-2010. AMB, Recife, março de 2008.



DOCUMENTOS AMB

Articulação de Mulheres Brasileiras

Carta de Princípios

Modo de Funcionamento

Política Geral

Documentos AMB
· Carta de Princípios
· Modo de Funcionamento
· Política Geral 2008-2010

Autoria Coletiva

Redação final
Comitê Político Nacional
da AMB 2008 (org)

Revisão de texto
Silvia Camurça, Fátima Ferreira

Edição
Paula de Andrade

Projeto Gráfico e diagramação
Isabela Faria / Faz Design

Tiragem
1.000 exemplares (na edição impressa, como apêndice do livro *AMB – um jeito de ser e fazer movimento feminista*, Edições SOS Corpo, 2010)

Impressão
Gráfica Provisual

Recife, 2010

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS

Secretaria Geral da AMB
A/C Analba Brazão
Coletivo Leila Diniz
Av. Rio Branco, 318. Robeira – CEP 59025-003 – Natal – Recife – Brasil
Fone: 55 (84) 3201.9587

Setor Financeiro da AMB
A/C Silvia Camurça
SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia
Rua Real da Torre, 593 - Madalena – CEP 50610-000 – Recife – PE – Brasil
Fone: 55 (81) 3087.2086
Fax: 55 (81) 3445.1905

Sítio eletrônico:
www.articulacaodemulheres.org.br

E-mail:
amb@articulacaodemulheres.org.br

D 636

Documentos da AMB / Comitê Político Nacional da AMB 2008 (Org.) – Recife: AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras , 2010.
32p.

Obra coletiva

1. Feminismo. 2. Movimento Feminista 3. Articulação Feminista. I. Comitê Político Nacional da AMB

CDU 305.4

04
CARTA DE PRINCÍPIOS

11
MODO DE FUNCIONAMENTO

19
POLÍTICA GERAL DA AMB 2008-2010

CARTA DE PRINCÍPIOS

Com o objetivo de orientar e aperfeiçoar permanentemente os modos de atuação, organização e funcionamento da AMB, a XIII Reunião Nacional do Comitê Político (fevereiro, 2008) aprovou que fosse estabelecida esta Carta, com base nas proposições resultantes do ciclo de reuniões regionais realizadas no ano de 2003 e nas propostas político-organizativas debatidas nos grupos de trabalho e apresentadas no painel final do Encontro Nacional da AMB de 2006 (Goiânia-GO).

Comitê Político Nacional da AMB
Ilha de Itaparica, Bahia, 2008.

Os Princípios contidos nesta Carta devem ser respeitados por todas as mulheres e organizações feministas que participam da Articulação de Mulheres Brasileiras, consolidando as diretrizes e compromissos que têm pautado a sua prática política desde a fundação.

» **A AMB é uma organização política feminista, antirracista, não partidária**, instituída em 1994 para coordenar as ações dos movimentos de mulheres brasileiras com vistas à sua consolidação como sujeito político no processo da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Igualdade, Desenvolvimento e Paz (ONU, Beijing, 1995). O Encontro Nacional de 1994 reuniu mais de 700 mulheres de todo o país, no Rio de Janeiro, e marcou o ápice desta que foi a primeira fase da AMB.

» No período pós-Beijing, a AMB afirma-se no campo dos movimentos sociais como uma organização que **articula e potencializa a luta feminista das mulheres brasileiras nos planos local, nacional, latino-americano e internacional.**

» **A AMB estabeleceu e mantém compromisso com a luta antirracista**, com o reconhecimento e fortalecimento do feminismo negro, o respeito à diversidade étnica e a luta contra o etnocentrismo, defendendo a autodeterminação dos povos.

» **A AMB posiciona-se como articulação feminista anticapitalista**, por compreender que dentro deste sistema, especialmente em seu estágio

atual de mundialização do capital e hegemonia da sociedade de consumo, é impossível conquistas significativas na direção da igualdade e autonomia para todas as mulheres, uma vez que este sistema concentra riqueza, provoca crescente exclusão com aumento do empobrecimento e crises socioambientais.

» Sendo uma organização antipatriarcal, **a AMB defende a liberdade afetiva e sexual de todas as pessoas**, contrapondo-se à norma patriarcal da heterossexualidade e à prática da lesbofobia.

» **A AMB defende o direito à autodeterminação reprodutiva para as mulheres e o direito ao aborto.** Condena a exploração e mercantilização de nosso corpo e sexualidade.

» No mundo do trabalho, **a AMB luta pela superação da divisão sexual do trabalho e pela proteção social universal a todas as mulheres**. Atua para construção de uma outra economia, com divisão do trabalho justa e democrática, políticas redistributivas das riquezas produzidas e que garantam a autonomia econômica para todas as mulheres, no campo, na floresta e nas cidades. Almeja o trabalho livre da lógica de acumulação capitalista das riquezas, orientado para

a satisfação das necessidades de todas as pessoas e não para o lucro e a vantagem particular.

» **A AMB atua para democratização do sistema político e das formas de exercício do poder no Estado e na sociedade**, e mantém-se comprometida em alterar a cultura política patriarcal e racista e na defesa da laicidade do Estado, desenvolvendo novas concepções e práticas de fazer política.

» **A AMB combate todas as formas de violência e luta pelo fim da violência contra as mulheres**, seja em espaços institucionais ou nas relações interpessoais. Mantém-se na defesa sem trégua da autonomia e liberdade para as mulheres.

» No presente, a AMB define como seus objetivos permanentes:

* Promover a auto-organização das mulheres e de seus movimentos como sujeitos políticos da luta contra a dominação, opressão e exploração das mulheres, e da luta por transformação social;

* Lutar pela democratização radical do Estado no Brasil e por Estados democráticos na América Latina, cujas políticas públicas, estando sob controle social da população

em todos os níveis de governo, efetivem igualdade de direitos e boas condições de vida para as mulheres, garantindo solidariedade e promovendo justiça social, econômica e ambiental, contrapondo-se à perspectiva neoliberal nos processos de desenvolvimento da economia capitalista na região;

* Lutar pela democratização radical da vida social e dos sistemas políticos, construindo uma cultura política democrática no Brasil e nos outros países da América Latina, cujas práticas e relações sociais, nos espaços públicos e privados, garantam e promovam um ambiente de liberdade para as mulheres para que possam ter uma vida com direito à participação política plena, direito à autonomia e vida sem violência.

» São princípios organizativos da AMB:

* Unidade na diversidade, princípio concretizado no compromisso com a autonomia organizativa e política dos fóruns, redes e articulações estaduais que integram a AMB, e com o debate democrático das perspectivas teórico-políticas que orientam sua prática;

* Democracia interna pautada numa institucionalidade não burocrática; relações e processos decisórios horizontais e participativos marcados pela produção de consensos na ação; tomada de decisão por consenso com base em ampla maioria (2/3) e respeito ao direito de minoria de modo a tornar sempre possível rever decisões majoritárias;
* Diálogo, articulação e livre adesão como método de organização das lutas feministas na AMB e nas lutas coletivas organizadas com outras redes e articulações do feminismo e do movimento de mulheres brasileiro e internacional.
* A AMB reúne, articula e é integrada por mulheres feministas que atuam, em seus diferentes espaços de participação, em nome próprio ou por meio da representação de organizações e movimentos feministas, setoriais de mulheres de movimentos sociais e/ou setoriais de mulheres de partidos políticos.
* Toda ação e modo de funcionamento da AMB orienta-se pelo fortalecimento do movimento de mulheres e feminista.

Isto significa atuar de modo a garantir apoio à auto-organização das mulheres por todo o país, em especial o fortalecimento das instâncias estaduais do movimento de mulheres vinculadas à AMB, nos contextos de suas intervenções, locais e regionais.

* AMB orienta-se para o fortalecimento do campo democrático popular dos movimentos sociais, buscando de forma permanente estabelecer alianças e engajamento nas lutas sociais da América Latina, aprofundar os laços entre mulheres feministas de distintos movimentos sociais e fortalecer o caráter contra-hegemônico da luta feminista.

* Para afirmarem-se e serem reconhecidas como militantes da AMB, todas as mulheres e organizações que atuam em alguns dos espaços de participação e fóruns decisórios da AMB assinam esta Carta, mantêm-se comprometidas com o fortalecimento do modo de organização da AMB e contribuem efetivamente para a realização da sua Política Geral.

MODO DE FUNCIONAMENTO

No período de 2003 a 2008, várias participantes da AMB, integrantes do Comitê Nacional e das coordenações dos agrupamentos estaduais que fazem a AMB, dedicaram parte de seu tempo a refletir e estabelecer os marcos comuns de funcionamento da AMB. O processo de discussões tomou por base duas Consultas Nacionais sobre o assunto, cujo objetivo foram: identificar aspectos críticos do funcionamento da AMB; identificar os princípios que vimos adotando para nortear a atuação da AMB; resgatar e sistematizar algumas informações e percepções sobre a AMB e sobre as instâncias estaduais do movimento que a constituem.

O modo de funcionamento aqui apresentando resulta deste processo e foi estabelecido ao final deste, pelo Comitê Político Nacional, em sua XIII reunião.

XIII Reunião do Comitê Político da AMB.
Ilha de Itaparica, fevereiro de 2008.

O Funcionamento da AMB organiza-se em espaços de participação e uma estrutura de decisão.

ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

AGRUPAMENTOS ESTADUAIS - Instâncias políticas estaduais do movimento de mulheres, organizados na forma de redes, núcleos, fóruns e/ou articulações, cuja composição varia por estado, sendo em geral integrados por militantes individuais e representantes de organizações e movimentos. Têm sua dinâmica própria de composição e funcionamento organizada de forma autônoma. No plano nacional, os agrupamentos estaduais são os sujeitos que constroem a AMB como seu instrumento de articulação.

Um agrupamento integra a AMB quando assina sua carta de princípios, confere presença e visibilidade à AMB no plano local e mantém atuação articulada nacionalmente por meio das frentes de lutas da AMB.

ENCONTRO NACIONAL - Espaço do debate estratégico, intercâmbio e articulação nacional que reúne colaboradoras, simpatizantes e militantes da AMB. Não tem periodicidade definida.

Reunião regional - Atividade sem periodicidade fixa, que reúne as militantes dos agrupamentos estaduais de 3 ou 4 estados geograficamente próximos para intercâmbio, formação e/ou organização de ações coletivas.

Composição dos Regionais - Mantém-se a organização da AMB em oito (8) regionais, nos termos do que foi definido na IV Reunião Nacional do Comitê Político, realizada na cidade de Natal, no ano de 1999:

» Região Sul: formada por Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná;

» Região Sudeste: integrada por São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro;

» Região Centro-Oeste: integrada por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Goiás;

» Região Nordeste I: Bahia, Sergipe e Alagoas;

» Região Nordeste II: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte;

» Região Nordeste III: Ceará, Piauí e Maranhão;

» Região Norte I: Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia;

» Região Norte II: Amapá, Pará e Tocantins.

Consulta nacional - Mecanismo de preparação das reuniões do Comitê Político Nacional, sempre que a pauta dos trabalhos exigir tomada de decisões estratégicas. A consulta nacional é realizada por meio de lista eletrônica do Comitê ou em reuniões presenciais, neste caso, por meio das plenárias estaduais da AMB.

ESTRUTURAS DE DECISÃO

Plenária estadual da AMB - Atividade estadual, sem periodicidade fixa, que reúne as integrantes dos agrupamentos estaduais de um mesmo estado para posicionar a AMB nos momentos de Consulta Nacional; indicar representantes para integrar o Comitê Político Nacional e/ou para tarefas de representação da AMB; articular e planejar ações locais da Política Geral da AMB.
Neste espaço são definidas as representantes do estado no Comitê Político Nacional e responde-se a Consultas Nacionais, define-se a estratégia estadual de articulação nacional através da AMB, e define-se como será a presença e ações da AMB no estado.

Comitê Político Nacional - Espaço nacional de tomada de decisões macropolíticas e estratégicas, no curto, médio e longo prazos, integrados por 81 representantes dos agrupamentos estaduais (três por estado e três pelo DF), as três secretárias executivas, as coordenadoras executivas nacionais (sempre que não forem representantes de um dos estados) e, pelo menos, as representantes da AMB no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e Articulación Feminista Marcosur (AFM), quando não forem integrantes do Comitê.

O Comitê Político reúne-se uma vez ao ano e funciona de forma permanente por meio de lista eletrônica. Suas integrantes são indicadas na plenária estadual, preferencialmente dois meses antes da reunião nacional anual do Comitê, em resposta à carta convocatória dessa reunião. Um informe escrito com indicação da lista de presentes é instrumento suficiente para formalizar esta representação junto à Secretaria Executiva nacional.

As representantes estaduais podem ser renovadas a qualquer momento que o estado decida, mas recomenda-se que os estados renovem suas representações no Comitê a cada dois ou três anos.

As reuniões do Comitê muitas vezes são precedidas de seminários, para os quais são convidadas

parceiras, colaboradoras e aliadas de outros movimentos de mulheres/feministas ou mistos e militantes da AMB que a representam em fóruns, redes, articulações e movimentos.

Coordenação Executiva Nacional (CEN) - esfera nacional de tomada de decisões executivas para realização das estratégias definidas pelo Comitê.

A CEN é integrada por oito representantes regionais, indicadas em reuniões regionais da AMB, três secretárias executivas, eleitas pelo Comitê a partir de Consulta Nacional, e a representante da AMB no CNDM e na AFM;

As integrantes da coordenação são escolhidas preferencialmente, mas não obrigatoriamente, entre as representantes dos estados no Comitê e em reuniões regionais. Mudanças na composição da coordenação ficam a critério dos estados de um mesmo regional, dependendo de sua dinâmica e contexto, seguindo regra de rodízio periódico entre os estados que compõem a região;

Atribuições e responsabilidades: a coordenação da Política Geral da AMB, a articulação das integrantes do Comitê nos estados da região, o acompanhamento da atuação da secretaria executiva, a coordenação

das reuniões do Comitê Nacional e dos Encontros Nacionais da AMB. A CEN decide sobre representação da AMB em atividades pontuais, sobre projetos e estratégias de financiamento e sobre os termos das Consultas Nacionais.

Reúne-se três a quatro vezes por ano, em geral antes de reuniões e encontros nacionais e, sempre que possível, em reunião específica.

Secretaria Executiva Nacional - Formada por três secretárias e um escritório. As secretárias são eleitas no Comitê Político Nacional para mandatos de três anos, renovável pelo mesmo período. De modo a garantir que o funcionamento da secretaria não sofra solução de continuidade, decide-se realizar a renovação de um mandato a cada ano.

I. Atribuições e responsabilidades:

i. Representar politicamente a AMB nos espaços designados pelo Comitê;

ii. Preparar e secretariar politicamente a realização dos encontros e reuniões das instâncias de decisão da AMB;

iii. Coordenar o escritório e articular a realização das rotinas de atividades;

iv. Produzir atas, informes e sistematizações de Consultas Nacionais, ações coletivas, reuniões da Coordenação e do Comitê;

v. Assessorar ou garantir o assessoramento do movimento na realização das atividades da política geral da AMB, dos planos anuais de atividades e calendário anual de mobilizações.

II. Funções e atribuições do ESCRITÓRIO:

i. Recepção e expedição (cartas, mensagens, publicações, gerenciamento das listas de discussão);

ii. Secretaria geral (arquivos administrativos, documentação do movimento, produção de informações sobre as frentes de lutas);

iii. Tesouraria (pagamentos e recebimentos);

iv. Gerência financeira do orçamento, prestação de contas e contabilidade;

v. Secretaria de finanças (elaboração de projetos, contratos, orçamento);

vi. Secretaria de comunicação (edição de boletins eletrônicos, site, revistas e outras publicações);

vii. Secretaria de produção (organização da logística e das viagens de participantes, organização de material de apoio às participantes).

POLÍTICA GERAL DA AMB 2008-2010

A dinâmica política dos últimos anos e a trajetória recente de reorganização da ação dos movimentos sociais redobraram as exigências sobre o feminismo que, neste contexto, precisa atualizar e firmar sua pauta, ao mesmo tempo que persiste a necessidade de afirmar-se como sujeito político das lutas sociais.

Compreendendo os desafios desta conjuntura, o painel de propostas do Encontro de Goiânia (Encontro Nacional da AMB, 2006), apontou para a ampliação da agenda política da AMB e para o aprimoramento dos instrumentos orientadores de sua prática política. Desta necessidade decorre a proposta de elaboração coletiva de uma política geral para AMB que explicite o sentido estratégico de sua atuação para todas que a integram.

A política geral 2008-2010 foi formulada com base nos resultados da consulta nacional do final de 2007, com duração de três meses, da qual participaram 18 agrupamentos estaduais que integram a AMB.

A Política foi consolidada e aprovada por representantes de 25 estados presentes na Reunião Nacional do Comitê Político de Itaparica, em fevereiro de 2008.

No período, a organização da ação da AMB será estruturada em Frentes de luta, com Plano de atividades e Calendário de mobilizações anuais.

Os Planos de atividades são o conjunto de ações planejadas para o ano nas diferentes Frentes de Lutas e para além delas. Incluem ações de fortalecimento voltadas para a organização das mulheres, do movimento e da própria AMB. Os Planos são acordados anualmente no Comitê e apresentados como proposta às instâncias estaduais que fazem a AMB. O plano anual é realizado em todo o território nacional de forma participativa, criativa e descentralizada, na medida da adesão da militância à proposta.

O Calendário de mobilizações é o plano de mobilizações nacionais, descentralizadas e simultâneas, ao qual todas as militantes da AMB estão convocadas a participar.

PRIORIDADES DEFINIDAS PARA O PERÍODO 2008-2010

- Atuar na defesa e garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres e na mobilização pela legalização do aborto, com atendimento seguro e humanizado na rede pública de saúde;
- Manter ação permanente pelo fim de todas as formas de violência contra as mulheres;
- Fazer o enfrentamento permanente ao sistema do capital e à orientação neoliberal nas políticas públicas e de desenvolvimento;
- Construir engajamento crescente da AMB nas lutas democráticas dos movimentos sociais latino-americanos;
- Consolidar a posição antirracista e de rechaço ao etnocentrismo na luta feminista do movimento de mulheres;
- Fortalecer as instâncias estaduais do movimento de mulheres que constituem a AMB;
- Desenvolver um programa de formação política feminista para a AMB;

» Assegurar o funcionamento regular dos espaços de participação política na AMB e de suas instâncias executivas e de decisão;

» Consolidar uma comunicação feminista politicamente posicionada e com largo alcance entre as mulheres, desenvolvendo a possibilidade de edição de um jornal.

METODOLOGIA DE AÇÃO

No período desta Política Geral,
a AMB seguirá a seguinte estratégia:

Realizar ações orientadas ao Estado - incidência política sistemática sobre o Estado e seus governos, imprimindo uma agenda de disputa de propostas nos espaços de debate, formulação, decisão e controle social de políticas públicas, tanto as políticas sociais, como as políticas econômica e de desenvolvimento.

Realizar ações orientadas à sociedade - atuação sobre a cultura política, as instituições e relações sociais, de modo a fazer o enfrentamento da ideologia e das práticas de dominação, exploração, opressão.

Ao concretizar esta estratégia deve-se buscar:

» Fazer enfrentamento ao sistema econômico capitalista, ao racismo, ao patriarcado;

» Defender ideias e valores libertários e igualitários;

» Defender a laicidade do Estado;

» Atuar de modo a garantir apoio à auto-organização das mulheres por todo o país, em especial o fortalecimento das instâncias estaduais vinculadas à AMB nos contextos de suas intervenções, locais e regionais;

» Atuar fortalecendo o campo democrático popular dos movimentos sociais por meio de alianças e crescente engajamento nas lutas sociais.

Para efetivação dessa estratégia, a AMB, na sua prática política, atuará mediante os tipos de ações que já vem adotando:

Mobilizações: para incidência política ou movimentação política, procuram atrair a adesão de grande número de militância. São exemplos: fóruns itinerantes, vigílias feministas, "apitaços", abaixo-assinados, atos públicos, passeatas, entre outros.

Ações diretas: por meio de atos de grande impacto público que procuram dar visibilidade a uma causa.

São exemplos do que temos adotado: a grafitagem, as pichações, intervenção em espaços públicos (como jogos de futebol, grandes faixas e mensagens colocados em monumentos públicos).

Encontros: encontros gerais nacionais de grande porte; seminários realizados antes de reuniões nacionais do Comitê e encontros setoriais – reunindo grupos de militantes de uma mesma frente de lutas – e realizados no contexto das ações nacionais de incidência, com método que contribua para formação na ação e articulação da militância. Nos estados, essas atividades tomam a forma de reuniões, seminários, debates, intercâmbio, oficinas, cursos.

Publicações: dirigidas à militância feminista, com informação, argumentos e/ou orientações estratégicas para as lutas feministas priorizadas pela AMB, impressas e/ou publicadas no site, distribuídas em todo o território nacional e, sempre que possível, na América Latina, neste caso, por meio da AFM.

Esta metodologia se concretiza por diferentes formas: ações próprias, ou seja, da AMB e das instâncias estaduais que a constituem; ações em rede de longa duração com objetivos de médio e longo prazos e realizadas em aliança com outros movimentos sociais e/ou organizações feministas; ações pontuais em parceria,

realizadas com organismos governamentais e/ou do Estado, organismos de cooperação internacional e/ou ONGs do movimento.

A AMB deve garantir a concretização, no plano local, de sua política geral; realizar o calendário anual de mobilizações nacionais; aprimorar e consolidar sua política de presença no campo internacional por meio dos processos do Fórum Social Mundial, da Articulación Feminista Marcosur, do Comitê de Mulheres da Aliança Social Continental e em parceria com organizações de movimentos de mulheres de outros países latino-americanos.

FRENTES DE LUTA 2008-2010

Direito ao aborto

Devemos construir um calendário de atividades a cada ano, em especial no ano de 2008 e 2009, para fazer frente à ofensiva fundamentalista e conservadora da Igreja Católica no Brasil durante a Campanha da Fraternidade 2008 e suas reverberações nos anos seguintes. Não responderemos à Campanha da Fraternidade (2008), mas estaremos preparadas a dar respostas críticas

sempre que perguntadas. Devemos avançar para um processo de formação política da militância na luta pelo direito ao aborto, ao estilo do processo de formação sobre violência que está em curso. A estética de nossa comunicação e ações deve ser alegre, bem humorada, com muita cor, para que possamos disputar o sentido de ser defensoras da vida, do prazer, da alegria. Atuaremos com prioridade na mobilização social pelo direito ao aborto e na defesa das mulheres.

Fim da violência

A prioridade no triênio é concluir a formação em *violência contra as mulheres*, publicando material para desdobramento do processo de formação nos estados. A partir da sistematização do processo de formação dos intercâmbios e encontros de formação, esta frente de lutas deve ser repensada em sua estratégia. Ações previstas nos três anos: conclusão do primeiro ciclo da formação, publicação para multiplicação da formação, novos intercâmbios com países latinos, reunião do Grupo de Referência Lei Maria da Penha, ações em rede com a América Latina, inclusive nos processos do Fórum Social das Américas (FSA) e do Fórum Social Mundial (FSM).

Reforma do sistema político

Esta frente de lutas deverá rearticular-se considerando o contexto eleitoral no Brasil, mantendo foco permanente nos problemas da atual institucionalidade do sistema político considerando a democracia representativa, direta e participativa, e ainda a democratização da comunicação. É preciso articular a luta na esfera municipal e nacional, dar densidade ao debate por dentro da AMB e promover a apropriação coletiva dos conteúdos da Plataforma dos Movimentos Sociais.

Políticas públicas

Deverá manter-se articulada com vistas à implementação das decisões da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (II CNPM) e rearticular-se ao final de 2009, com vistas à III CNPM. Até 2010, fazer um balanço nacional das Políticas Públicas, considerando a 'era' Lula, a exemplo do que foi feito no ano 2000, no processo Beijing + 5. Esta frente de lutas contempla a democratização das finanças públicas e nossa atuação nos mecanismos de políticas para mulheres (Conferências, Conselhos e órgãos executivos).

Previdência e seguridade universais

Deverá difundir o saber acumulado até o momento (considerando ações em 2003-2007) sobre a questão previdenciária e o trabalho das mulheres. Poderá ter dimensão internacional relevante, considerando o processo de desproteção social agravado pela globalização. As ações previstas são: ações em rede no contexto dos fóruns sociais e com a AFM e movimentos participantes do Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social (FIPPS), com fortalecimento da aliança das mulheres do campo e da cidade.

Luta antirracista e enfrentamento ao etnocentrismo

É uma prioridade na AMB, deve estar considerada em todas as frentes de lutas, mas dada a gravidade do problema deve estabelecer uma agenda própria. Ações no triênio: semana em Julho, oficinas regionais, seminário nacional com mulheres negras e índias; uma revista Bocas no mundo, ação em rede com os Diálogos contra o Racismo e ação de confronto antirracista na área de violência e segurança pública.

Justiça socioambiental

Pela via desta frente de lutas daremos espaço na AMB às lutas de resistência das mulheres aos grandes projetos de desenvolvimento contra os quais as mulheres têm se posicionado em vários estados brasileiros. É uma frente de luta estratégica no enfrentamento da política neoliberal do capitalismo globalizado, que incide diretamente na autodeterminação reprodutiva, liberdade sexual e autonomia econômica das mulheres.

Alternativas à globalização capitalista

Nova frente de lutas definida no Comitê 2008, para dar visibilidade ao grande volume de atividades que já realizamos na arena internacional.

Em estruturação.

Contra lesbofobia

Nova frente de lutas definida na Reunião Nacional do Comitê Político em 2010.

Em estruturação.

Indicativos das iniciativas nas quais a AMB deve participar:

» Fórum Social Mundial
» Fórum Social Hemisférico
» Fórum Pan-Amazônico
» Fórum Social Brasileiro
» Fórum Social Nordestino
» Fórum Social Potiguar
» REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos
» FBO - Fórum Brasil do Orçamento
» Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político
» Comitê de Mulheres da ASC - Aliança Social Continental
» AFM - Articulação Feminista Marcosur
» Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro
» FNDH – Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos
» Diálogos contra o racismo
» Diálogos feministas
» Assembleia Popular

Veículos de comunicação (2008-2010)

» AE - Articulando Eletronicamente (boletim eletrônico quinzenal), a ser editado via site;

» AA - Articulando Assinaturas (veículo de mobilização de assinaturas por meio eletrônico);

» Agenda Política (veículo eletrônico que convoca e subsidia as mobilizações);

» Listas eletrônicas: articulandoentrenos (ampla), Comitê, Coordenação e por Frentes de Lutas;

» Site (incluindo sessão restrita de acesso exclusivo do Comitê Nacional);

» Blog Bocas no Mundo (irá ao ar em momentos de mobilização).

Linha editorial (2008-2010)

» Bocas no Mundo: revista com artigos assinados, apresentando distintas perspectivas feministas sobre uma determinada questão associada a uma das Frentes de Lutas;

» Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas: revista de orientação para incidência política em conferências, ação na gestão pública, controle social de políticas públicas;

» Balanço Nacional de Políticas Públicas: brochura com dados e análises, construído coletivamente pelo movimento em parcerias com ONGs feministas;

» Caderno de Reflexão e Informação: livro de subsídio à formação política feminista, aborda distintos conteúdos.

Material de divulgação e contra-propaganda:

Camisetas, faixas, bolsas, cartazes, broches, chapéus, lenços, bandeiras e estandartes, produzidos de forma descentralizada e garantindo diversidade e também identidade visual.

Identidade visual

Entre os elementos de identidade, estão o chapéu de malha e as cores verde, lilás e laranja, que foram se afirmando ao longo do tempo de existência da AMB. Optar por um chapéu de malha, que pode se amoldar a várias formas e com diferentes cores, é a maneira de expressar uma identidade que não se constrói a partir da padronização, mas pela 'unidade na diversidade'.

COMITÊ POLÍTCO NACIONAL 2008

Articulação de Mulheres do Acre	Amine Santana e Nadir de Oliveira
Articulação de Mulheres do Amapá	Kátia Cilene de Almeida
Articulação de Mulheres do Amazonas	Maria do Socorro Prado e Maria do Socorro Papoula
Articulação de Mulheres Brasileiras/RJ	Marta Lago, Rogéria Peixinho, Schuma Schumaher
Articulação de Mulheres Brasileiras – MG	Manuela de Sousa Magalhães
Articulação de Mulheres do Mato Grosso do Sul	Valéria Montsserrat
Articulação de Mulheres de São Paulo	Josefina Gonçalves
Articulação de Mulheres Tocantinenses	Bernadete Ferreira e Maria de Fátima Dourado
Fórum Cearense de Mulheres	Elizabeth Cruz e Neudenis Carvalho
Fórum Estadual de Mulheres do Piauí	Eulilita de Souza Santos e Miramar Torres Reis Leal
Fórum Estadual de Mulheres do Rio Grande do Norte	Jolúzia Batista e Maria Goretti Gomes
Fórum Goiano de Mulheres	Marta Cezária e Valkíria Fernandes de Carvalho
Fórum Popular de Mulheres do Paraná	Dóris de Jesus
Fórum de Mulheres do Distrito Federal	Guacira César e Natália Mori
Fórum de Mulheres do Espírito Santo	Ana Clemente de Paula e Ana Lúcia
Fórum de Mulheres de Lauro de Freitas (BA)	Maria Soleneide Rodrigues
Fórum de Mulheres de Salvador	Marta Leiro e Sandra Muñoz
Fórum de Mulheres de Pernambuco	Betânia Serrano e Sueli Valongueiro
Fórum de Mulheres de Sergipe	Márcia Vieira
Fórum de Mulheres de Mato Grosso	Marilene de Jesus
Fórum Municipal da Mulher de Porto Alegre	Maria de Lourdes de Oliveira
Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense	Maria das Graças Costa
Núcleo de Mulheres de Roraima	Andrea Vasconcelos e Nelita Frank
Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba	Maria Lúcia Lopes de Oliveira e Verônica Lourenço
Secretaria Executiva Nacional	Analba Brazão, Carla Batista, Silvia Camurça

Sobre a Autora

Carmen Silva - Mestre em História e Filosofia da Educação pela PUC-SP, educadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e participante do FMPE/AMB – Fórum de Mulheres de Pernambuco e Articulação de Mulheres Brasileiras.

Sobre o SOS Corpo

O SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife – Pernambuco, no Nordeste do Brasil. Propõe-se a contribuir para a democratização da sociedade brasileira através da promoção da igualdade de gênero com justiça social. A ação do SOS Corpo tem como fundamento a ideia de que os movimentos de mulheres, como movimentos sociais organizados que lutam pela transformação social, são sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres em geral. Para o SOS Corpo, a luta contra a pobreza, o racismo e a homofobia são dimensões fundamentais do feminismo da transformação social para o enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal, produtor de desigualdades e sofrimento humano.

Impresso em final de 2010, em papel
polén print 80g/m², na gráfica Provisual,
tiragem de 1.000 exemplares e composto
em *La Portenia de la Recoleta* e *Candara.*